

SESSÕES DO PLENÁRIO

9ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 11 de março de 2009.

PRESIDENTE: DEP. MARCELO NILO

1º SECRETÁRIO: DEP. ROBERTO CARLOS

2º SECRETÁRIO: DEP. FERNANDO TORRES “2º VICE-PRESIDENTE”

À hora regimental verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Antônia Pedrosa, Arthur Maia, Bira Corôa, Capitão Tadeu, Carlos Ubaldino, Clóvis Ferraz, Edson Pimenta, Eliana Boaventura, Eliedson Ferreira, Elmar Nascimento, Emério Resedá, Euclides Fernandes, Fábio Santana, Fátima Nunes, Fernando Torres, Gaban, Getúlio Ubiratan, Gilberto Brito, Gildásio Penedo Filho, Heraldo Rocha, Isaac Cunha, Ivo de Assis, J. Carlos, João Bonfim, Joélcio Martins, José Nunes, Jurandy Oliveira, Luciano Simões, Luiz Argôlo, Luiz Augusto, Luiz de Deus, Marcelo Nilo, Maria Luiza Laudano, Marizete Pereira, Misael Neto, Nelson Leal, Neusa Cadore, Paulo Azi, Paulo Câmera, Pedro Alcântara, Prof. Valdeci, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Sandro Régis, Sérgio Passos, Virgínia Hagge, Waldenor Pereira, Yulo Oiticica e Zé Neto. (56)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus declaro aberta a sessão.

Registro a presença de 40 Srs. Deputados.

Com a palavra o Sr. 1º Secretário para proceder à leitura do expediente.

(O Sr. 1º Secretário, deputado Roberto Carlos, procede à leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Do. Dep. Paulo Rangel, comunicando sua ausência nas sessões dos dias 06, 12 e 22/01/2009, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

Do. Dep. Euclides Fernandes, comunicando sua ausência na sessão do dia 26/01/2009, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pequeno Expediente.

Com a palavra o nobre deputado Gaban, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, ontem, vimos aqui, com muita tristeza, ser votado em regime de urgência um projeto de resolução que tem como finalidade mudar, caro deputado Bira Coroa, um item do Regimento Interno. Regimento Interno que desde a época em que era presidente desta Casa que o deputado Reinaldo Braga tentou reformar. Ele constituiu uma comissão com a finalidade de modificar o Regimento, instrumento importantíssimo que rege e norteia o funcionamento da Casa.

Da mesma forma que o deputado Reinaldo Braga não foi feliz, quando assumi a Presidência, deputado Euclides, assumi também o compromisso de que iríamos mudar o Regimento Interno desta Casa. Constituí mais uma vez, por mais 2 anos, uma comissão... aliás, proroguei a comissão que fora instalada na época em que o deputado Reinaldo Braga era presidente. Também não consegui!

Quem veio a me suceder, o deputado Clóvis Ferraz, também manteve a comissão, trocando alguns membros.

Tentou-se numa época – não me lembro se foi na época de Reinaldo Braga ou Clóvis Ferraz –, pelo menos para que não ficássemos até de madrugada votando projetos, diminuir o tempo, deputado Euclides, de fala para todos os parlamentares desta Casa quando em processo de obstrução. A imprensa toda noticiou. A Oposição, na época, ameaçou ficar aqui, em vigília. Dormiria aqui e iria até às vias de fato, mas impediria que esse projeto fosse votado, e ninguém teve a coragem de votá-lo. Mas a intenção era que não ficássemos aqui até de madrugada.

O que estou querendo dizer com isso? Nenhum dos presidentes que por aqui passaram teve a coragem de mexer no Regimento Interno. Todos os presidentes que passaram por aqui desde que sou deputado, e já estou aqui há mais de 14 anos... Já passaram por aqui dois atuais conselheiros do Tribunal de Contas, o ex-deputado Otto Alencar e o ex-deputado Antônio Honorato; o deputado Reinaldo Braga; o deputado Gaban; o deputado Clóvis Ferraz; e agora, o deputado Marcelo Nilo, e ninguém teve a ousadia.

Nem na época da ditadura se pensou em aumentar o número de parlamentares nas comissões. Não sou contra isso. Vou até mais longe, acho que uma comissão importante como a de Constituição e Justiça deveria ter uma representatividade maior de parlamentares desta Casa porque ela é responsável por todos os projetos que aqui tramitam, para dizer se são ou não constitucionais.

Então, acho que, como em outras assembléias no País, poderíamos rever o

número de deputados em algumas comissões, como no Congresso Nacional, deputado Gilberto Brito. É uma análise que podemos fazer sem criar temor e medo num grupo ou em outro. O que vale é a Assembléia Legislativa. Os governos passam e o Poder fica.

Então, não podemos admitir que depois de já ter sido realizada a eleição da Mesa Diretora desta Casa, depois de instaladas as comissões técnicas desta Casa, todas com 8 membros, querer-se mudar um item do Regimento Interno – foram anos e anos em que não se conseguiu mudar o Regimento – através de um projeto de resolução votado em regime de urgência. Nem na ditadura se fez isso!

Muitos colegas deputados que colocaram suas assinaturas disseram-me, inclusive o presidente desta Casa: “Assinamos, mas não significa que a autoria é nossa”. Ontem eu disse que quem tiver compromisso com projeto autoritário dessa natureza - nem na ditadura tiveram coragem de mexer no funcionamento do Poder Legislativo - vai manchar o currículo para o resto da vida. Acaba-se o discurso de transparência, acaba-se o discurso de moralidade, acaba-se o discurso de republicano.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. GABAN:- Concluindo, Sr. Presidente.

Espero que o bom senso prevaleça, que não sujem a imagem desta Casa com um ato ditatorial. Desconfia-se da base do governo - o governo tem todos os instrumentos necessários para aprovar os projetos. Houve épocas aqui, quando a Maioria tinha 35 deputados contra 28 da Oposição, que os projetos eram aprovados.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. GABAN:- E o governo tem os instrumentos, Sr. Presidente – finalizando -, que os use de uma maneira democrática, transparente e republicana, como é a marca deste governo nas propagandas que vemos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder da Minoria, deputado Heraldo Rocha, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, teleouvintes da *TV Assembleia*, radioouvintes da Rádio Oposição, representantes da categoria dos servidores públicos, que nos honram com suas presenças, Imprensa, tem quase 20 anos que sou deputado estadual, eleito pela maioria dos votos do povo da Bahia, e nunca assisti a um momento tão triste, tão melancólico nesta Casa como ontem.

Acredito que aqueles parlamentares que colocaram seus nomes, que votaram naquele projeto de resolução não conseguiram dormir. Na verdade, é um projeto casuístico, um projeto que macula a democracia, um projeto que, como afirmou o deputado Gaban, nem a ditadura consegui colocar neste Parlamento.

Cinco mandatos parlamentares, por aqui passaram grandes presidentes como os deputados Gaban, Clóvis Ferraz, Otto Alencar, Luís Eduardo Magalhães, Honorato, Reinaldo Braga, um dos decanos desta Casa - ontem eu conversava inclusive com ele, já saindo daqui no final da noite -, e nenhum deles, deputados e

presidentes desta Casa, conseguiram isso.

Sr. Presidente, isso é um casuísmo, isso é a mudança das regras do jogo, isso é a desconfiança deste governo com sua base aliada, que o Sr. Governador do Estado chamou de traidores. Este é um projeto antitraição.

Sr. Presidente Marcelo Nilo, V.Ex^a que entrou nesta Casa comigo, sempre militando na Oposição, mas nunca V.Ex^a assistiu a um momento tão triste e melancólico como este proporcionado por um governo que se diz republicano, democrático, transparente.

Esta é a ditadura da Esquerda, mas da Esquerda medíocre, incompetente, que não sabe administrar o Estado, não tem competência para gerir a educação, a saúde, a segurança, a cultura, a administração e, por isso, precisa chamar o secretário da Saúde do Rio de Janeiro para vir ensinar, em Itabuna, como se combate a dengue.

Não, Srs. Deputados, a consciência do Líder do governo deve estar bastante pesada, pois um professor, reitor por duas vezes, um homem que tem um perfil, não vai rasgar a sua história, não vai rasgar o Regimento, que nós e V.Ex^a, assim como vários outros presidentes, quiseram consertar. Mas não assim, com casuísmo, apenas porque estão com medo dos deputados que fazem parte da Base do governo. E isso ficou provado quando da eleição da Mesa.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, nobre deputado.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Vou concluir, Sr. Presidente.

E aí puseram goela abaixo, num rolo compressor, para os deputados da sua base. Felizmente não foram todos. A votação bateu na trave: 32 deputados! Bateu na trave.

Portanto, Sr. Presidente, concluo dizendo a V.Ex^a que tenho certeza de que o bom senso e o comando de V.Ex^a, dos Líderes desta Casa, de todos os parlamentares não darão continuação a essa ditadura da Esquerda, que está acabando com a Minoria nesta Casa.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Heraldo, V.Ex^a sempre foi um deputado educado, atencioso, um grande parlamentar, mas a expressão utilizada por V. Ex^a não é adequada ao Parlamento. Então peço à Taquigrafia que retire essa expressão do discurso de V.Ex^a e conto com a sua compreensão, até porque ela não faz parte do perfil de V.Ex^a.

O Sr. Heraldo Rocha:- Sr. Presidente, Esquerda tem Partido?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não, mas não é uma palavra adequada ao Parlamento. Peço, pois, a compreensão de V.Ex^a, que sempre foi muito atencioso.

O Sr. Heraldo Rocha:- Certo, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Obrigado pela compreensão.

Determino à Taquigrafia que retire a palavra empregada no discurso do deputado Heraldo Rocha, que pode pôr qualquer outro termo que desejar no lugar dela.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o nobre deputado Clóvis Ferraz, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, Srs. e Sr^{as} Jornalistas, Srs. Funcionários da Secretaria da Fazenda presentes às Galerias Paulo Jackson, desde ontem, realmente, estamos muito tristes em ver que, nesta Casa – a Casa da Democracia, a Casa do Povo, que deve ser regida pelas leis, pelo seu Regimento Interno –, o Regimento Interno está sendo rasgado; a autonomia do Poder, enterrada; o Líder do governo, com a sua posição, massacrando os deputados e as minorias desta Casa.

Democracia se faz respeitando as minorias. Não se pode fazer democracia, não existe democracia se não se respeitam as minorias e os regimentos internos, seja de qualquer Casa Parlamentar, desde Câmara de Vereadores, Assembleia, Câmara Federal, Senado, todas devem ser respeitadas.

Não se muda um Regimento ao bel-prazer de uma circunstância momentânea. O que está se fazendo, neste momento, nesta Casa, é um estupro à democracia, quando se quer mudar

o Regimento apenas para atender à Maioria, que já tem a maioria para decidir aqui no voto qualquer projeto, seja nas comissões, seja aqui no Plenário.

O governo tem maioria. São 47 deputados dos 63 e ainda precisa utilizar o subterfúgio de mudar o Regimento para tentar impor a maioria que eles já têm. Estou nesta Casa há 16 anos praticamente. Fui líder do governo, presidente e passei anos aqui vendo as discussões. Essa mesma Maioria de hoje era Minoria no passado e sempre a respeitamos, seja como deputados, seja como líder de governo, como presidente, respeitamos as minorias.

Não patrocinamos nenhuma mudança aleatória. Tínhamos até maioria para fazer isso, mas não fizemos porque respeitamos a Minoria, respeitamos a democracia. Isso sim é que é ser republicano, não como este governo que está aí e diz que é um governo republicano, mas, na calada da noite, na calada das reuniões, faz-se um estupro desses à democracia, que é mudar o Regimento sem nenhuma base, sem nenhuma discussão.

Como disse aqui o deputado Gaban, quero aqui ratificar as palavras dele, passaram aqui diversos presidentes, já presenciamos aqui, apenas vou repetir esse trecho, de mudar apenas o tempo. Não estamos falando de mudar número de representantes, de membros das comissões, não. Mudar o tempo de discussão dos projetos.

Cada deputado tem 20 minutos para discutir o projeto. Está lá no Regimento. Qualquer projeto que venha a esta Casa para discutir, queríamos passar para 10, para poder dar tempo a todos e não ficarmos aqui dias e noites, discutindo.

Pois bem, os deputados de Oposição, na época, disseram que fariam greve, saíam daqui mortos, mas não faziam essa mudança, porque a Maioria estava querendo massacrar a Minoria. Não fizemos mudança nenhuma. Passaram às comissões para mudar o Regimento. Precisa mudar o Regimento, como um todo, realmente, algumas coisas estão ultrapassadas.

Mas isso deve ser feito com discussão, com o consenso de todos os membros da Casa. Não assim, aprovando projeto de resolução com urgência, sem nenhuma discussão. Para concluir, Sr. Presidente, tenho certeza de que vai prevalecer o bom senso, vai haver uma reflexão do Líder. Tenho certeza de que o presidente desta Casa, um democrata, o deputado Marcelo Nilo, que fez um primeiro bom mandato e vai fazer um bom segundo mandato, foi reeleito, vai concordar, discutir e chegar a um consenso de que não é plausível mudar-se o Regimento de uma hora para outra, sem que haja discussão.

Nós, da Minoria, não podemos aceitar isso. Esperamos que os deputados da Maioria também entendam isso, que o Líder do governo entenda, vamos discutir e chegar a um consenso para que possamos, sim, fazer mudanças, mas mudanças consensuais e discutidas.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Quero fazer um apelo aos Srs. Deputados para que, no Pequeno Expediente, falem apenas os 5 minutos, pois prejudicam os parlamentares que se inscrevem. Portanto, gostaria da compreensão de todos. Faço esse apelo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o nobre deputado Sandro Régis pelo tempo de até 5 minutos. Desculpem-me, com a palavra o deputado Fernando Torres.

O Sr. FERNANDO TORRES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, deputado Sandro Régis, vou falar agora porque a deputada Marizete está no meu lugar. Caso contrário, daria o lugar a V.Ex^a com todo prazer.

A minha opinião sobre esse projeto para mudar o Regimento é que se mude o número de deputados na comissão, que seja até uma quantidade maior – 11 deputados, 13 deputados, 15 deputados –, mas que não seja apenas um deputado a mais. Assim, a proporção da oposição será respeitada. Se fossem 15 deputados na comissão, o quórum mínimo não seria de 5 deputados, mas de 8 ou 9 deputados. Seria preciso um número maior de deputados para o quórum. Então, deputado Waldenor, peço a V.Ex^a e também ao Líder da Minoria, deputado Heraldo Rocha, que façam um acordo em cima da proporção da Minoria e da Maioria. Acredito, não fiz as contas ainda, que se subir para uma quantidade que seja par, a oposição não perderá nada. Com 15 deputados, tenho certeza de que a oposição terá a sua quantidade de deputados na comissão. Isso não vai tirar o direito da oposição.

É preciso fazer a conta e negociar, deputado Waldenor. Sei que V.Ex^a é um republicano, é uma pessoa que vai entender a posição da Minoria. V.Ex^a vai sentar-se junto ao Líder da Minoria para acabar de vez com isso. Essas contas só serão positivas para governo. Com certeza os deputados de oposição não vão aceitar esse tipo de mudança. Tenho certeza de que o deputado Marcelo Nilo, republicano, que sempre combateu esse tipo de atitude, irá abraçar essa causa junto ao deputado Waldenor, para que possamos chegar a um acordo. Mudando um parlamentar,

deputado Paulo Azi, tenho certeza de que a oposição perde, mais de um, a oposição terá a sua proporção nas comissões; vai dar no mesmo, se hoje a oposição em uma determinada comissão tem 3 deputados vai passar a ter 6 ou 7, isso em comum acordo com a liderança da Minoria. Se o governo tem 5 ou 6 deputados na comissão vai passar a ter 9, 10, 11 deputados. Acho uma briga à toa. Sou contrário a essa mudança do Regimento. Sou favorável à permanência dos 8 deputados.

Peço ao presidente Marcelo Nilo, ao Líder do Governo, deputado Waldenor, que é um deputado muito coerente nas suas atitudes, que continue como está. Agora, se for para mudar, que seja uma quantidade maior de deputados, porque sei que assim a proporção dos deputados será respeitada.

Tenho vários assuntos para falar sobre Feira de Santana e várias outras regiões a que tenho prazer de representar, mas aqui chegando o deputado Reinaldo Braga...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. FERNANDO TORRES:- Para concluir, Sr. Presidente, estive no município de Central e V.Ex^a que é um deputado de governo, de Porto Feliz para Xique-Xique está um caos. De Porto Feliz até Xique-Xique, o governo esqueceu daquela região a qual era muito bem lembrada pelo saudoso Antonio Carlos Magalhães. Aquela estrada nunca esteve como está hoje, está um caos. Só da para ir para Xique-Xique e Central se for de helicóptero, de avião. O governador Jaques Wagner só anda de avião e não está vendo como está aquela estrada, está um terror. Para concluir, Sr. Presidente, está realmente um terror.

E peço a V.Ex^a que é um deputado governista e que briga muito pela região que peça ao Governador Jaques Wagner que olhe para aquela região porque o saudoso Antonio Carlos Magalhães tratava aquela região muito bem. Espero que ele a trate...

O Sr. Presidente (Marcelo Nilo):- Para concluir.

O Sr. FERNANDO TORRES:- (...) pelo menos parecido.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pelo tempo excedido.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Presidente (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Sandro Régis pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos das Galerias Paulo Jackson, amigos da *TV Assembleia*, infelizmente, mais uma vez, nós deputados da Oposição subimos a esta tribuna para dizer à sociedade baiana a forma e o modelo republicano do governo PT.

No início da legislatura, deputado Paulo Azi, V.Ex^a se lembra que aqui foi criado o corredor polonês. O PT fez um corredor para apenas os deputados da sua confiança votarem no veto do governador, projeto este que era votado na Casa naquele momento.

E, ontem, mais uma vez, o governo demonstrou, deputado Luiz de Deus, com muita tranquilidade a falta de confiança na sua Base aliada. Traz um projeto para

atender as suas necessidades, um projeto que rasga o Regimento desta Casa, um projeto oportunista para aumentar os membros das Comissões de 8 para 9. Imaginem os senhores que é uma Base de deputados com quase 50 parlamentares. Nós deputados da Oposição só temos 15 deputados e até isso agora o governo quer tomar da Oposição, o direito de os deputados exercerem as suas funções parlamentares dentro das Comissões temáticas desta Casa.

Será que é esse, deputado Luiz de Deus, o modelo republicano? Será que é isso que é democracia? Está mais parecendo a ditadura. Na época do governo militar, existia o partido dos militares e o partido no qual os militares elegeram a oposição para querer fazer-de-conta. É isso que o governo quer, fazer da Oposição uma Oposição faz-de-conta.

Foi dito aqui pelos ex-presidentes que foi feita uma comissão e nunca foi mexido o Regimento, deputado Fernando Torres. Agora, de uma hora para outra, muda-se um item do Regimento para aumentar um membro de cada comissão favorecendo o governo. Aí eu pergunto: isso é democracia? Isso é respeito com a Maioria e Minoria, deputado Luiz de Deus? Isso é o rolo compressor. Isso é a falta de respeito do governo com os deputados da Minoria. Isso é querer calar a nossa voz, deputado Heraldo Rocha. Isso é medo e falta de confiança na sua Base aliada. O governo PT não confia nos seus partidos aliados, fazem corredor polonês, agora quebram e rasgam o Regimento para aumentar um membro em cada comissão para indicar os deputados de sua confiança. Isso é uma falta de respeito com esta Casa, isso é uma falta de respeito com os deputados de Governo e os deputados de Oposição. É esse o republicanismo cantado em versos e prosas por esse governo que não fala a verdade, por esse governo que só tem propaganda? Mas, infelizmente, a Casa, através da maioria dos seus parlamentares, age, deputado Luiz de Deus, igual ao governo que aí está. Um governo que não honra, que não cumpre acordo, um governo que só se preocupa em fazer propaganda para iludir a população baiana.

Aqui se faz discursos de acordo, fala-se que estão cumprindo acordo, discursos que nunca teve uma época diferente na Assembleia, mas os atos são opostos. Os atos são de desrespeito, para concluir, Sr. Presidente, à Minoria e à Bancada de Oposição, ficando comprovado com essa atitude, com esse projeto de aumentar mais um membro em cada comissão, que o governo não confia em sua Bancada, mas acima de tudo o governo quer acabar e desmoralizar a Oposição nesta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Luiz de Deus pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. LUIZ DE DEUS:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, Srs. das Galerias, senhores da imprensa, eu estava há pouco imaginando o seguinte quadro: imaginem bem os senhores daqui a 50 anos, um aluno do ensino fundamental lendo o nosso Diário Oficial, dedicado aqui ao Poder Legislativo, e começasse a ler esses

pronunciamentos. Por certo, ele iria dizer: naquele tempo não se faziam leis *ad eternum*, leis para durarem, leis que sirvam para a situação de hoje e oposição de amanhã, naquele tempo só de faziam leis sazonais, leis para atender ao governante de plantão, leis que não respeitam o direito do cidadão.

Imaginem bem os senhores que estão nas Galerias e que estão com um projeto aqui na Assembleia até certo ponto, entre aspás, polêmico. Vamos imaginar que seja aprovado e daqui a 1, 2 ou 3 anos chega o governo de plantão, manda um projeto aqui para a Assembleia e torna sem efeito toda essa luta dos senhores.

Perdoe-me, Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta Casa não me parece uma Casa séria, não me parece uma Casa que respeite o cidadão. Como é que se alteram as regras do jogo no meio do jogo? Esclareçam isso porque eu não entendo. Imaginem bem o senhor juiz apitando um jogo com as regras até então vigentes. No meio do caminho, telefona o presidente da Federação e diz que não é mais assim. Isso, meu nobre Líder, não se trata de um projeto sério.

Eu sempre disse que as leis devem ser feitas *ad eternum*, que sirvam para sempre à sociedade. Vejam que a constituição americana tem 200 anos - acredito - quase nada foi modificado no curso desse período. Aqui, no País, não é assim.

Temos as comissões que há mais de 34 anos são constituídas por 8 membros, e o governo agora fez a conta - me perdoem as minhas ilações que acredito serem verdadeiras -, passou a acreditar que não tem apoio seguro da sua Bancada. Por isso quer alterar o número de membros das comissões porque tem a maioria no Plenário desta Casa. Isso não é democracia. Sempre que houver uma determinada dificuldade e apelarmos para modificação das leis, esta Casa não merece continuar existindo.

Imaginem quanto o contribuinte gasta com este Poder para não ter valor absolutamente nenhum. Sempre me posicionei contra as colocações de alguns deputados que fazem críticas severas a este Poder, mas do jeito que as coisas estão avançando eu vou ter que fazer parte desse grupo de deputados. Esta é uma Casa que não respeita as leis que ela mesma impõe.

Este Poder, meu nobre Líder do governo, tem que ser respeitado e para ser respeitado é preciso aprender a se impor. Este é um Parlamento, esta é a Casa do diálogo, vamos dialogar com a Oposição. A Oposição não é sectária para levar problemas para o Sr. Governador e muito menos para a sociedade baiana. Eis a prova disso no recesso parlamentar, aprovamos mais de 25 projetos sem dificuldade absolutamente nenhuma.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir deputado.

O Sr. LUIZ DE DEUS:- Vamos continuar, nobre Líder, dialogando, conversando porque o Parlamento é um lugar onde se deve realmente discutir, debater e chegar a um bom termo. É disso que todos nós precisamos e, sobretudo, é disso que este Poder Legislativo precisa.

Muito obrigado Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Adolfo

Menezes, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, servidores do Fisco presentes nesta Casa - acredito que dentro de poucos dias os senhores terão seu projeto votado -, ouvi e vi nos noticiários da televisão, hoje pela manhã, um assunto que nos preocupa muito, apesar do Presidente Lula ter dito que o nosso País seria atingido no máximo por uma “marolinha”, que é a crise econômica. O que vimos pelos últimos índices de 2008 e do primeiro trimestre de 2009 é que a crise está abatendo o Brasil, não na proporção que atingiu outros países, mas ela é grave.

Fico triste porque o governador Wagner, que está se preparando para nos dois últimos anos do seu governo tentar fazer muito mais pela Bahia, enfrentará grandes dificuldades em virtude do corte no Orçamento.

Digo isso porque o deputado Fernando Torres falou aqui, há pouco, e eu também tenho conhecimento sobre a região de Irecê, onde praticamente todas as estradas estão em situação lamentável, para não falar do assunto gravíssimo, já mencionado aqui pelo deputado Edson Pimenta, que é a falta de chuvas na região. Se não chover nesses próximos dias a barragem de toda aquela região secará, pois está com menos de 20% da sua capacidade.

Se não bastassem esses problemas - diga-se de passagem, não foram criados somente por este governo, já vem de outros governos -, a malha rodoviária da Bahia é muito grande.

No último final de semana, o senador César Borges, líder do PR, foi com o ministro Alfredo Nascimento e o governador Wagner à cidade de Jequié lançar a recuperação de mais de 3.500 quilômetros de estradas federais na nossa Bahia. Nessa oportunidade, também foi anunciada a privatização dessa vergonha – como muitas outras do nosso Estado – que é a BR-324, a Salvador – Feira de Santana, principal estrada da Bahia e, por isso, a mais vergonhosa de todas. Eu acredito que dentro de pouco tempo, com essa privatização, teremos uma rodovia à altura da capital de um dos quatro estados mais importantes do Brasil, que é a Bahia.

Volto, agora, a falar da situação da malha rodoviária na região de Remanso, Pilão Arcado e Terra Nova. Sei que os problemas são muitos, especialmente com esta queda do PIB, com esta crise que se abate sobre o nosso País, mas eu já falei com o governador que, se não tomar cuidado, poderá acontecer com ele o mesmo que aconteceu com o governador Paulo Souto, quando houve um protesto e o candidato Wagner foi beneficiado com mais de 90% dos votos daquela região. E isso porque aquelas estradas estavam totalmente intransitáveis. E continuam!

Estava falando com colegas desta Casa sobre a região de Olindina – deputado Paulo Azi deve conhecer muito bem –, que está na mesma situação.

O tempo está passando rapidamente, já estamos praticamente no meio do mês de março, daqui a pouco estaremos no final do ano, e aí só restará 2010, que é um ano mais curto ainda por se tratar de um ano político. Aí a situação talvez fique incontornável.

Não tenho tempo suficiente neste Pequeno Expediente para falar sobre uma

região que represento, que é a de Senhor do Bonfim. Vou deixar para o Grande Expediente, quando falarei da falta de segurança lá, para não falar de várias outras regiões de toda a Bahia. Só tenho 37 segundos, então vou deixar para o Grande Expediente porque não vai ser possível concluir o meu pronunciamento agora. Falarei também a respeito da epidemia de Dengue que se abate, principalmente, sobre o município de Itabuna. Não é só o governo que tem culpa, não; os culpados também são aqueles que não cobrem os seus tanques nem tomam cuidado com o lixo. É necessária a contribuição de todos, senão essa epidemia vai infestar todo o nosso Estado.

Como não tenho mais tempo agora, deixarei para o Grande Expediente.
Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Bira Coroa pelo tempo de 3 minutos.

O Sr. BIRA COROA:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, Sr^{as} e Srs. Servidores, Srs. Visitantes, usarei este pouco tempo que resta, em primeiro lugar, para parabenizar mais uma vez o governo do Estado da Bahia. Hoje pela manhã, o governador Jaques Wagner, acompanhado por uma comitiva de secretários, esteve no Polo Petroquímico de Camaçari para dar partida a uma unidade produtiva, a Unigel, assegurando, Sr. Presidente, mais de 200 empregos diretos numa unidade da antiga Estireno.

É um fato importante! Vivemos uma crise que assola as grandes potências do mundo, que agora, sem dúvida alguma, chega também ao nosso País. Mas ela nos atinge numa proporção muito menor, e isso por causa da política econômica implementada pelo governo Lula. Então, Sr. Presidente, essa unidade produtiva é importante para a Bahia, em especial para Camaçari. E destaquemos que no mundo inteiro estão fechando unidades produtivas, plantas inteiras sendo desativada, em Camaçari houve, hoje, uma partida de uma planta importante na produção de estireno, o que vai assegurar a produtividade para o mercado interno e 60% da produção para o mercado externo, para a exportação.

Por isso, Sr. Presidente, quero aproveitar para parabenizar o governo Wagner pelas ações e, mais uma vez, Camaçari na pessoa do prefeito Luiz Carlos Caetano e, sem sombra de dúvida, destacar a importância da participação e da intervenção da iniciativa privada, através do capital, que deu sustentação a essa planta, recuperando-a, modernizando-a e dando-lhe a capacidade de sobreviver e produzir, mesmo num período crise.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Antes de entrar no Pequeno Expediente, gostaria de comunicar aos Srs. Deputados que, hoje, a Mesa Diretora aprovou a Resolução da Mesa Diretora nº 91/2009, cujo teor é o seguinte:

“A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, no uso das suas atribuições, resolve:

Art 1º – Será considerado ausente da sessão Plenária o deputado que não estiver”...

O Sr. Paulo Azi:- Sr. Presidente, por favor, solicite aos Srs. Deputados que façam silêncio.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, vou ler apenas o que foi aprovado hoje por resolução da Mesa:

“ A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, no uso de suas atribuições, resolve:

Art. 1º - Será considerado ausente da Sessão Plenária o deputado que não estiver presente em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das votações dos projetos.

Art. 2º - O deputado ausente da sessão deixará de receber 1/30 (um trinta avos) do subsídio mensal a que faz jus.

Art. 3º - O deputado poderá requerer à Mesa Diretora o abono da falta, nas hipóteses de doença, de óbito de parente ou por desempenho de missão de representação da Assembleia, autorizada pela presidência.

Parágrafo único - Na hipótese de doença, o requerimento será instruído com o respectivo atestado médico.

Essa resolução entra em vigor na data de sua publicação, que sairá no Diário Oficial de amanhã, assinada por todos os membros da Mesa.

O Sr. Paulo Azi:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Paulo Azi.

O Sr. Paulo Azi:- Sr. Presidente, primeiro quero parabenizá-lo e a Mesa por essa iniciativa.

Agora, quero apenas pedir-lhe um esclarecimento de como, efetivamente, será posta em prática essa resolução, pois estou entendendo que, quando se iniciar a Ordem do Dia, portanto, quando houver matéria em pauta para ser votada, de acordo com a Ordem do Dia, já passa então a prevalecer essa decisão da Mesa.

É isso que estou entendendo e gostaria que V. Ex^a me confirmasse se o meu entendimento está correto.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, ela será posta em prática a partir da Ordem do Dia, é óbvio. O deputado tem que estar presente, no mínimo, em 50% (cinquenta por cento) da votação dos projetos do dia. É óbvio que, conforme a tradição desta Casa, as votações ocorrem às terças e às quartas-feiras. Se houver uma votação segunda ou quinta-feira, a presidência comunicará com antecedência.

Na Ordem do Dia geralmente há projetos. Se num dia forem votados três projetos, o deputado tem que participar da votação de, no mínimo, dois deles; se forem quatro, no mínimo dois; se forem cinco, no mínimo, três.

Todos os dias, pegarei a relação dos votantes no computador, na qual está registrado o nome do deputado que votou. Tivemos a preocupação de não haver prejuízo para a Oposição, que faz obstrução. Posto em votação um projeto, a não ser

que seja um processo de obstrução, e a Oposição não der quórum, quando completarem os 32 deputados, consequentemente já há condição de ele ser votado. A Oposição dará quórum a partir dos 32. Vamos aguardar. A Oposição não terá prejuízo com relação àquele jogo político que é normal na Casa.

Se houver 31 Srs. Deputados, não haverá votação, e a Oposição precisará dar quórum. Se completar o quórum de 32 Srs. Deputados, a presidência aguardará os deputados, como ocorreu ontem, aqui, por exemplo, quando houve uma votação de requerimento – na realidade, os requerimentos não entram, só os projetos –, e aguardamos os deputados da Oposição registrarem a presença, e, posteriormente, foi votado. A pessoa pode votar contra ou a favor, ou abster-se.

Mais alguma dúvida? Pois não.

O Sr. Paulo Azi:- Presidente, eu confesso que tenho dúvida de como, efetivamente, essa norma vai ser aplicada, porque veja: V. Ex^a...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não.

O Sr. Paulo Azi:- (...) cortará, pelo que eu estou entendendo, o ponto do parlamentar que não estiver presente quando um projeto for votado. E quando o projeto não for votado, por falta de parlamentar, V.Ex^a não vai cortar o ponto?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Mas deputado, o projeto é apenas para cortar em sessões deliberativas. Veja bem...

O Sr. Paulo Azi:- Presidente, quando a Ordem do Dia tiver projeto em pauta, a sessão passa a ser deliberativa.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, eu concordo...

O Sr. Paulo Azi:- Eu estou apenas levantando este questionamento para que V.Ex^a, se for o caso, volte a conversar com a Mesa ou com os Líderes, para que essa decisão da Mesa, na hora em que for cumprida, não venha a gerar essa polêmica que eu estou levantando neste momento. Então, eu imagino que esse assunto precisa ainda ser um pouco mais amadurecido para que não parem dúvidas quanto a sua execução.

Eu sei que a intenção de V.Ex^a é a melhor possível, e eu aplaudo a intenção de V.Ex^a. Mas o que eu entendo é que, entrando-se na Ordem do Dia e havendo projeto em pauta, a sessão passa a ser deliberativa. E aí, veja bem V. Ex^a, se o projeto não for votado por falta de quórum, cabe, também, nesse caso, o corte do ponto do parlamentar. Se é pra colocarmos essa regra, que eu aplaudo, vamos fazer logo para todas as situações.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado...

O Sr. Paulo Azi:- Peço apenas que seja o assunto amadurecido, para que, quando, realmente for aplicado, não parem dúvidas com relação ao assunto.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, veja bem, primeiro eu parabeno V. Ex^a. Nós já estudamos todos os casos. Esse caso que V.Ex^a levanta, nós não aplicamos para não prejudicar a Oposição. Veja bem: se a Oposição concordar, eu aplico todos os dias. Tendo em vista que em qualquer Parlamento do mundo a Oposição faz obstrução, então, se a Oposição não obstrui e não há quórum, eu vou cortar o ponto dos deputados que estavam presentes, mas que não deram quórum?

Entenda o que eu estou dizendo.

Então, a proposta que eu fiz, numa negociação com os deputados da Oposição na Mesa, era um pouco mais rígida, mas a maioria achou que devia ser diferente. Deputado Paulo Azi, nós já estudamos todas as possibilidades. Se for aplicado da forma como V.Ex^a levantou, corretamente, aí eu estarei penalizando a Oposição, porque a Oposição não dá quórum e aí eu vou cortar o ponto daqueles que não deram quórum, já que não foi votado porque não houve. Então, é um prejuízo tecnicamente... V.Ex^{as} podem estudar, estamos abertos a qualquer sugestão.

Agora, será aplicado, a partir de amanhã nessa fórmula, que é uma fórmula que foi negociada, que é positiva. Agora, se houver alguma sugestão, pode trazê-la que eu levarei para a Mesa Diretora, e poderemos fazer as modificações necessárias.

Questão de ordem, deputado Clóvis Ferraz.

O Sr. Clóvis Ferraz:- Essa colocação do deputado Paulo Azi é no sentido de que passe a valer a presença do deputado a partir do momento em que entrar-se na Ordem do Dia, não na hora da votação.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, aí o deputado chega na Ordem do Dia aqui, dá a presença, vai embora e não vota os projetos. Quer dizer...

O Sr. Clóvis Ferraz:- Sim, Sr. Presidente, mas aí se está entrando numa questão de... Bom, o deputado é obrigado a votar o projeto? Está-se obrigando a...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não, não estou obrigando...

O Sr. Clóvis Ferraz:- Tem que ser na hora da votação? Está obrigando.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, só para V. Ex^a ter uma idéia...

O Sr. Clóvis Ferraz:- Pode estar presente e não votar, Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Olha, deputado, veja bem ...

O Sr. Clóvis Ferraz:- Eu aplaudo, veja bem, eu sou a favor e aplaudo a decisão de V.Ex^a, agora, é um instrumento de pressão para que os deputados votem o projeto.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Clóvis Ferraz, o Congresso Nacional é muito mais rígido. Quem não votar o último projeto... Inclusive a minha proposta na Mesa era esta: fazer de forma idêntica à do Congresso Nacional. Mas os deputados da Mesa, democraticamente, corretamente, no seu posicionamento político, acharam, na sua maioria, que deveria ser assim. Eu, por exemplo, tenho uma posição diferente, deveria ser como no Congresso Nacional. Mas, infelizmente... No entanto, está aberta a discussão. Agora será aplicado...

O Sr. Clóvis Ferraz:- Outra questão, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não.

O Sr. Clóvis Ferraz:- V.Ex^a já avisou que será nas sessões deliberativas, que, como já acordado na Casa, ocorrem nas terças e quartas-feiras, mas imaginemos que, por exemplo, o governo mande um projeto aqui, por urgência, bote esse projeto em votação na quinta-feira ou na segunda-feira, e se o deputado que já tiver antes uma programação nas suas bases, etc?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, V.Ex^a foi presidente e sabe

que toda votação é distribuída na Ordem do Dia, com antecedência.

O Sr. Clóvis Ferraz:- Mas o projeto está sendo votado por uma urgência que vem...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Mas aí seria requerimento, deputado. Requerimento não está em discussão, é só projeto. Nem o governo nem ninguém tem condições, nem o próprio presidente da Assembléia, de colocar um projeto em votação se não for distribuído na Ordem do Dia com antecedência.

O Sr. Clóvis Ferraz:- Sr. Presidente, estou dizendo que, às vezes, é num caso desse que o deputado não pode justificar, porque, por exemplo, está em viagem às bases. Existem lugares de onde só se consegue voltar na segunda-feira, é distante e não há avião. Sabemos do tamanho do Estado da Bahia. Agora, que prevaleçam esses, desde que seja na terça-feira ou quarta-feira.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O deputado tem obrigação de ficar segunda, terça e quarta aqui.

O Sr. Clóvis Ferraz:- Sr. Presidente, eu sei que o deputado tem obrigação de exercer o seu mandato, mas V.Ex^a sabe muito bem que todos os deputados têm base no interior, viajam constantemente nos fins de semana para lá. Às vezes há uma inauguração ou qualquer outro evento na segunda-feira, e o parlamentar não pode vir. Não é obrigação estar no Plenário. O deputado tem que estar cumprindo o seu trabalho, seja nas comissões, no Plenário ou fora deste.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Se o deputado estiver visitando alguma base não irá cortar o seu ponto. Se tiver alguma proposta leve-a para a Mesa Diretora.

O Sr. Heraldo Rocha:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem ao deputado Heraldo Rocha.

O Sr. Heraldo Rocha:- Sr. Presidente, vou louvar a decisão da Mesa Diretora. Na segunda-feira temos reunião de rotina da Bancada, vamos discutir e, se houver alguma sugestão, nós apresentaremos. Tenho certeza que V.Ex^a e a Mesa Diretora acolherão. Parabéns à Mesa Diretora da Casa por essa decisão.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Será publicado no Diário Oficial, vale a partir de amanhã. É obvio que o projeto pode ser modificado.

Antes de entrar no Grande Expediente, gostaria de saudar o presidente e os vereadores da Câmara Municipal da nossa querida cidade de Alagoinhas que estão aqui nas galerias, agradeço tal honrosa presença.

O Sr. Gilberto Brito:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem ao deputado Gilberto Brito. Último orador sobre este assunto, para que possamos entrar no Grande Expediente.

O Sr. Gilberto Brito:- Deputado Marcelo Nilo, a temática levantada com relação a nova resolução da Mesa Diretora, quanto a cortar o ponto do deputado em dia de votação, muito pouco representará. Gozará basicamente de uma norma sem objetivo, até porque a Casa vota muito pouco e quando vota é uma vez na vida e só vota projeto do governo, de deputado não vota. Então, acho que isso não vai ter maior

alcance nem maior implicação, se ficar restrito somente a punir, a cortar o ponto de quem não está vindo em votação. A Casa vota muito pouco, então vai ficar um tanto quanto ineficaz a nova resolução.

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Grande Expediente.

Com a palavra o nobre deputado Gilberto Brito pelo tempo de 25 minutos.

Gostaria de convidar a deputada Maria Luiza Laudano para sentar-se aqui, já que é da Mesa Diretora, e passar a Presidência para o deputado Fernando Torres.

O Sr. GILBERTO BRITO:- Nobre deputado Fernando Torres, V.Ex^a que assume a Presidência, e por certo estava na decisão da Mesa, com relação a essa nova resolução referente à ausência do deputado que não estiver em Plenário quando em votação, eu acredito que V.Ex^a deve ter votado no sentido de não existir a resolução. Conforme comentei na minha questão de ordem, e ratifico os meus termos, desde quando, infelizmente, a Casa não vota projetos – é uma anomalia da Casa – de deputados de forma alguma. Em qualquer outra assembléia do Brasil que se visita o *site* verifica-se que se vota projetos de autoria de parlamentar. Aqui, só se vota projetos de autoria do governo. E não é de agora, não. Parece-me que isso vem desde quando aqui se instalou o governo de Tomé de Souza, se é que naquele tempo a coisa funcionava dessa forma.

Então, lamentavelmente, parece-me que essa resolução, deputado Luiz de Deus... No momento em que pedi a questão de ordem, V.Ex^a olhou para mim de uma forma um tanto quanto interrogativa, por isso acredito que comunga com a nossa colocação de ser ineficaz essa resolução da Mesa de cortar o ponto de deputado que faltar em dia de votação. Suponhamos que se vote 10 vezes no ano e, porventura, um deputado faltar 10 vezes no ano, não haverá nada demais, até porque são centenas de sessões ao longo do ano.

Mas o que me traz aqui hoje, especificamente, Sr. Presidente, é o comentário feito ontem pelo governo federal quando analisou a queda do PIB - Produto Interno Bruto do País nos 3 últimos meses do ano de 2008, deputada Ângela – houve uma redução de 3,6% do PIB –, quando algumas medidas ainda não haviam sido tomadas e o País talvez ainda não tivesse sido alcançado mais diretamente e mais pesadamente pela crise que assola todo o mundo, toda a economia do mundo. Em decorrência dessa posição, o governo federal adotou algumas medidas, creio eu que, com certeza, com o propósito único de poupar a economia e garantir o emprego, porque é uma coisa que, realmente, aflige a toda a sociedade.

Dentre algumas medidas que o governo tomou, uma delas foi relativa ao IPI dos veículos até mil cilindradas. O governo os isentou em 100% do IPI, o que diminuiu o preço do veículo. E o veículo com mais de mil cilindradas até 2 mil cilindradas, o governo reduziu em 50% o IPI.

O IPI, deputado Fernando Torres, é um dos elementos que compõem o Fundo

de Participação dos Municípios e o Fundo de Participação dos Estados. Então, se já houve no 4º trimestre do ano passado uma redução de 3,6% do Produto Interno Bruto, agora, com a redução do IPI, não há dúvida de que haverá também uma redução substancial do Fundo de Participação dos Municípios e do Fundo de Participação dos Estados.

Parece-me, deputado Fernando Torres, que 70% dos municípios brasileiros têm uma população de 30 mil habitantes ou menos. Quase todos, basicamente, vivem quase que exclusivamente do Fundo de Participação.

Caiu o Fundo de Participação em decorrência da crise estabelecida e agora o governo isenta totalmente o IPI dos veículos de mil cilindradas e reduz em 50% do IPI dos veículos com mais de mil e até 2 mil cilindradas. A consequência já estamos vendo. Do mês de janeiro para cá houve uma redução de 12% do Fundo de Participação dos Municípios. E esses municípios pobres cuidam da pessoa que lá vive desde a hora em que nasce até a hora em que morre, como a deputada Laudano bem sabe.

O pobre, no interior – assim como na cidade grande. Mas o amparo na cidade grande é menor –, na cidade pequena é amparado para quase tudo, desde o nascimento até a hora do sepultamento.

A receita só faz reduzir, mas os encargos aumentam.

No momento em que houve, de forma justa, o aumento do salário mínimo, eis que as prefeituras municipais tiveram uma sobrecarga também de despesas. E quando isso ocorre e o salário mínimo aumenta, aumenta também a parcela do INSS, que é recolhida pelo município.

Então, da maneira que a coisa trilha, anda, parece-me que estamos fadados, susceptíveis a levar à falência os nossos pequenos municípios, que vivem basicamente do Fundo de Participação.

Recentemente, o governo aumentou o salário dos professores, de forma justa, com recursos do Fundef. E como se vai pagar, se há uma redução de receita? Então é chegado o momento de o governo refletir as graves consequências que isso poderá trazer: garantem-se mais empregos, ou melhor, reduz-se a o desemprego? É uma verdade!

Há um incremento na indústria automobilística, porque as pessoas de menor poder aquisitivo já podem comprar seu automóvel. Porém pergunto: e lá na base, onde vivem o cidadão, a cidadã, a criança, como é que o município vai suportar e aguentar uma situação dessa?

Em que pese a não sermos os parlamentares competentes para essa atribuição, pois é uma competência adstrita ao Congresso Nacional, mas, se daqui também podem nascer ideias, sugestões e preocupações, temos que fazer levar para que o Congresso Nacional adote alguma providência com relação ao assunto.

Concedo um aparte ao estimado colega deputado Gildásio Penedo.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- Deputado Gilberto Brito, primeiro, quero parabenizá-lo, pois V. Ex^a, como é de costume, sempre procura contribuir e engrandecer este Parlamento com assuntos que, efetivamente, têm um alcance

importante.

Embora V. Ex^a reconheça a capacidade, a limitação do legislante do Poder Legislativo Estadual, não há dúvida de que, a cada dia, se torna mais eminente esta realidade. Ou seja, no Brasil, há mais de uma década, nos acostumamos a ver sempre o governante de plantão, o governo central, defender uma reforma tributária justa e equilibrada. Mas, infelizmente, fica só no campo das intenções. E, de fato, a chamada reestruturação do Pacto Federativo se torna cada dia mais necessária diante da acumulação de receitas pelo governo federal.

A partir da Constituição de 1988, toda receita gerada pelas contribuições sociais – Cofins, CSS, CID – não são compartilhadas com os outros entes federativos da União, ou seja, Estados e Municípios. Portanto, há uma concentração cada vez maior das receitas tributárias, deputado Luiz de Deus, na mão do governo federal, com o qual mais de 70% de tudo que se arrecada no país fica concentrado.. Aos Estados cabem pouco mais de 20% e os Municípios é quem detêm, de fato, a menor parcela, hoje em torno de 12%. Essa situação se agrava nos municípios com até 50 mil habitantes, que é a grande maioria da composição populacional do nosso país, e muito mais ainda nas regiões Norte, Nordeste, para as quais, de fato, as receitas ficam limitadas às chamadas transferências constitucionais, sejam elas FPM, ICMS.

Aproveitando o ensejo, por estes dias usarei a tribuna desta Casa para apresentar um projeto de minha autoria, uma lei complementar, a qual foi dada entrada nesta Casa em 2005, reapresentada por mim em 2007 e que comporta a redistribuição do ICMS, até porque, da forma como é feita, hoje, a composição geográfica e espacial desse tributo importante do Estado, que representa 75%, fica praticamente localizada nos municípios-mãe, principalmente da Região Metropolitana. E o pior: os índices sociais dessa região praticamente não se distinguem dos das regiões mais carentes do nosso Estado.

Portanto, eu quero cumprimentá-lo por este discurso importante e, ao mesmo tempo, desejar que a Casa possa, efetivamente, se debruçar em matérias dessa envergadura, que contribuem e fortalecem o papel do legislador estadual.

Parabéns ao deputado Gilberto Brito pelo pronunciamento que faz nesta tarde.

O Sr. GILBERTO BRITO:- Deputado Gildásio, lúcido como sempre, V.Ex^a só faz enriquecer e dar grandeza às minhas arranhaduras de palavras desta tribuna.

Eu vou tocar também no assunto das contribuições, das quais o governo nada divide: ele as recolhe e faz o que quer, não divide o bolo, ele divide apenas o IPI e o Imposto de Renda. Desses dois impostos, sobretudo, agora, do IPI, é retirada uma fatia significativa, criando uma situação vexatória para os municípios.

Mas, Sr. Presidente, eu gostaria de encerrar a minha colocação prestando uma homenagem a uma figura que me diz muito e, por certo, ao Dr. Luiz de Deus também, ao deputado Gildásio também, a este se não plenamente pela vida fora do ninho, mas pela sua origem.

No dia 05 pretérito, se vivo fosse, Patativa do Assaré estaria completando 100 anos. E, como isso me diz bastante, escrevi algo a respeito de Patativa e peço permissão à Casa para ler desta tribuna:

POETA-PÁSSARO DO ASSARÉ

Em singelo rancho de taipa e chão batido, fincado no sopé da Serra de Santana, no árido Assaré, sertão cearense, pelas mãos de "véia partêra" "istreiou", em 1909, no dia 05 de março - "o mês preferido, do santo querido, Senhor São José" - há precisos cem anos, Antônio Gonçalves da Silva, filho do resistente Pedro e da doce Maria.

Criado nas regras que a pobreza ensina, igual a todos da irmandade, bem cedo lhe brotaram nas mãos os calos da labuta na roça, debaixo de sol a pino, que faz a terra arder. Aos quatro anos fica "tobó"- cego de um olho -igual a Camões. Aos oito, órfão de pai, com o irmão mais velho e no cabo da enxada sustenta a família. Aos 16 compra uma viola, profeticamente "fulô de mandacaru" para um poeta que se anuncia.

E assim passa o tempo, mais anos e mais tempo.

Carregando a "sabença" de únicos quatro meses de escola rural, cursados aos 12 anos, aos 20 aventura a vida nas bonanças das seringueiras do Pará, onde a dor da saudade lhe fez, por inteiro, um cantador do sertão. Miúdo que era, foi naquelas paragens que lhe batizaram patativa, pequenino pássaro de cantar sedutor, que faz estáticos gaviões e aves outras de rapina.

De volta, "pousa" no berço natal. O coração ferido pela separação que lhe castigava, o só Patativa torna-se do Assaré, para no seu mundo dar vazão aos mais puros, firmes, corajosos e decididos versos populares que o doce sertão já ouviu.

Poeta popular e cantador repentista, como ninguém, mostrava as mazelas da sociedade, as angústias vividas com as cruéis diferenças entre os afortunados e os despossuídos. Fizeram-no porta-voz primeiro da delicada questão da reforma agrária em todo o Continente e, das entranhas, nasceu: "Deus fez a grande natura/com tudo quanto ela tem/mas não passou escritura/da terra para ninguém/se a terra foi Deus quem fez/se é obra da criação/deve cada camponês/ter uma faixa de chão/esta terra é desmedida/e com certeza é comum/precisa ser dividida/um tanto pra cada um".

Não bastasse esse "grito", um sem fim de tantos outros lhe acorreram, a exemplo de engenho de ferro, jumento, mãe preta, além de diversos outros, com destaque para a Triste Partida, toada de retirante, tão bem cantada pelo velho Lua, recheando livros vários, sem esquecer os de cordel, singelos como o autor, popular como sua inspiração.

Farto nos versos, fértil no amor. Foi tocado deste sentimento que se casou com Belinha, e da união nasceram, no mesmo Assaré, nove filhos. Por certo com o mesmo caráter, contudo sem o mesmo esplendor, pois única é a Estrela Dalva, mesmo sem fim os astros do criador.

Passando na Terra 93 anos de fecunda e inigualável inspiração, percorrendo as caatingas como João Batista no deserto, em 8/7/2002 Patativa beijou o sertão, voou e, junto a Padre Antônio Vieira e Castro Alves, se perpetua recitando para os que repousam e os que ainda 'navegam' em busca de paz."

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Horário das Representações Partidárias.

Com a palavra o Líder do governo e da Maioria ou o representante do PCdoB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Inicialmente, Sr. Presidente, a deputada Antônia Pedrosa falará por 5 minutos. Em seguida, eu usarei a tribuna durante o tempo restante.

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Concedo a palavra à deputada Antônia Pedrosa pelo tempo de 5 minutos.

Solicito ao deputado Álvaro Gomes que faça a gentileza de vir compor a Mesa ou que indique um deputado do governo para tal.

A Sr^a ANTÔNIA PEDROSA:- Sr. Presidente, deputado Fernando Torres, que está muito bem nessa cadeira, Srs. Deputados, companheiras deputadas, hoje, venho a esta tribuna para falar de assuntos pertinentes e de interesse da minha região, o Oeste da Bahia. Trata-se de algumas reivindicações que fiz ao longo destes anos que sou deputada nesta Casa.

Em 2004, fiz a indicação nº 14.152/04 ao então ministro da Defesa e vice-presidente da República, José Alencar; em 2007, fiz a indicação nº 15.159/07 ao Sr. Governador Jaques Wagner; em 27 de novembro de 2008 fiz o ofício nº 330/08 ao Exmº Sr. Governador do Estado, Jaques Wagner.

Todas essas reivindicações, todo esse meu apelo era no sentido de pedir a ampliação do aeroporto de Barreiras, que é um aeroporto, Dr. Luiz de Deus, internacional, construído no tempo da Primeira Guerra Mundial, e que, hoje, deputada Maria Luísa, recebe um avião em que cabem somente 15 passageiros. Pasmem: a região Oeste, com quase 1 milhão de habitantes, tem este único aeroporto, em que pousa um avião com capacidade para 15 passageiros.

A gente sempre diz que Barreiras é a terra do “já teve”. Na minha adolescência, no aeroporto de Barreiras pousavam aviões grandes, mas, hoje, o pouso está resumido a um pequeno avião com capacidade para 15 passageiros. Barreiras é a principal cidade do Oeste da Bahia, que é a maior produtora de grãos do Norte e Nordeste – contribuindo com 5% da produção agrícola nacional – e na qual se concentra o maior complexo do agronegócio da Bahia e, quem sabe, até do Brasil.

Então, venho a esta tribuna, com muito prazer, cumprir o que disse, ou seja, que o dia em que tivesse alguma coisa para falar bem do governador Wagner não me constrangeria, deputada Ângela, de vir a essa tribuna fazê-lo. Pois bem, em audiência com o governador, Wagner, anteontem, levei várias reivindicações, entre elas a recuperação e ampliação da pista do aeroporto de Barreiras, que tem 600 metros e que, com R\$ 20 milhões, pode ser recuperada e ampliada. O governador me disse que as outras reivindicações eu aguardasse 15 dias, agora me pediu que escrevesse que a pista do aeroporto seria ampliada. Ainda não foi, mas acredito na palavra do governador Jaques Wagner quando me disse que as outras reivindicações deixaria para depois e que eu escrevesse que a pista sairia.

Venho aqui dizer também que, desde 2007, reivindico a recuperação da BA-172, que liga o Javi, na cidade de Muquém, a Santa Maria da Vitória, mas ainda não fui atendida. Entre 2007 e 2008, fiz uma indicação ao governador, uma indicação e um ofício ao Dr. Batista Neves, que, numa audiência, na semana passada, me disse que, do final deste mês a meados de abril, as obras dessa estrada estarão sendo licitadas. Tenho recebido milhares de *e-mails* dada a importância dessa estrada, que não vai beneficiar somente a cidade do Javi, mas Tabocas, Serra Dourada, Brejolândia, Santana e Santa Maria da Vitória.

Então quero fazer os meus agradecimentos ao governador Jaques Wagner e ao nosso grande secretário Batista Neves por estas duas importantes obras que serão realizadas no Oeste. Tenho certeza de que, depois da conclusão delas, o Oeste vai agradecer a ambos, porque são necessárias essas obras para incrementar e fomentar, cada vez mais, o desenvolvimento dessa região, que cresce a passos largos, com investimentos do Canadá, dos Estados Unidos, da Europa e de quase todos os países do mundo.

Hoje, deputado Fernando Torres, Barreiras exporta carne. O frigorífico de Barreiras exporta carne para cidade de Dublin. Veja a importância que a nossa região tem para o Brasil e, principalmente, para a Bahia.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Com a palavra o deputado Álvaro Gomes pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, inicialmente quero saudar os fazendários que continuam aqui nesta Assembléia Legislativa (Palmas) com a expectativa da votação do projeto por esta Casa Legislativa. Quero fazer essa saudação. Sejam bem-vindos e continuem aqui até a votação desse projeto.

Quero também informar que estará sendo realizada a abertura oficial da reunião do comitê nacional do pacto “Um Mundo para a Criança e o Adolescente do Semi-Árido”, com a presença do governador do Estado, que será realizada amanhã, dia 12 de março, às 9 horas, no Salão Mercado Modelo do Hotel Mercury- Rua Fonte do Boi, 215, Rio Vermelho.

Sendo assim, faço um convite a todos os parlamentares para que compareçam a esse importante evento, que trata da questão da criança e do adolescente do Semi-Árido.

Sr. Presidente, gostaria de comentar neste meu primeiro pronunciamento desta tarde o dia do consumidor. O próximo dia 15 de março é o Dia Mundial do Consumidor, que foi comemorado pela primeira vez em 15 de março de 1983. Em 1985, a Assembléia Geral das Nações Unidas, a ONU, adotou o direito do consumidor como diretriz das Nações Unidas, conferindo a legitimidade e reconhecimento internacional.

Portanto, 15 de março foi instituído o Dia Mundial do Direito do Consumidor. É um dia de grande importância, é reconhecida internacionalmente em todo o mundo

essa luta para que os consumidores tenham seus direitos assegurados.

Nesta Assembléia Legislativa, tenho feito uma intervenção nesta área, inclusive, com apresentação de proposições. São 73 projetos que apresentei aqui nesta Assembléia Legislativa versando sobre direitos do consumidor. Essa é uma luta de todos nós. O direito do consumidor cada vez mais ganha importância, na medida em que dentro de um sistema capitalista o apelo ao consumo é muito grande. O consumismo aumenta cada vez mais, e, ao aumentar, aumentam também os abusos das empresas, daqueles que produzem para a sociedade.

Portanto, o direito do consumidor precisa ser assegurado inclusive em projetos, proposições, através da fiscalização do Estado, do município e do governo federal. Tivemos um grande avanço no nosso País, a partir da Constituição de 88 e a partir de 90, quando foi editado o Código de Defesa do Consumidor. Essa é uma lei de grande importância, é uma lei em que o consumidor realmente vem obtendo grandes benefícios.

Apresentei aqui na Assembléia Legislativa 73 projetos, e entre os 73 vários deles versam sobre a questão da telefonia, da internet, da comunicação. Mas como o meu tempo já está terminando, em outro momento retornarei para falar sobre as proposições ou, pelo menos, algumas proposições que apresentei aqui na Assembleia Legislativa sobre os direitos do consumidor.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Concedo a palavra ao Líder do Governo e da Maioria ou representante do PSB para falar ou indicar o orador pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, falará por todo o tempo o deputado Zé Neto.

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Concedo a palavra ao deputado feirense, amigo do deputado Sérgio Carneiro, o deputado Zé Neto.

O Sr. ZÉ NETO:- E que o veneno nunca lhe falte. (risos)

Meu amigo Fernando Torres, que ora preside a Casa, quero aqui também saudar a presença dos companheiros do Sindsefaz (Palmas) e dos agentes de tributos que, legitimamente, vêm a esta Casa buscar apoio para os projetos que eles ora defendem.

Deputado Heraldo Rocha, quero que V.Ex^a ouça um pouco do que tenho a lhe dizer. Tenho ouvido V.Ex^a na imprensa do Estado dizer que a dengue é um problema basicamente do governo do Estado.

O Sr. Heraldo Rocha:- É de responsabilidade.

O Sr. ZÉ NETO:- Quero dizer a V.Ex^a que o governo do Estado tem agido de forma muito contundente no combate à dengue em toda a Bahia. E não é diferente, deputado Heraldo Rocha, no que tange ao município de Itabuna.

Eu queria que V.Ex^a apenas tivesse o cuidado de lembrar que no município de Itabuna, governado por muitos anos, inclusive o último prefeito, o Fernando “Cuma”, Fernando Gomes, esse é unha e carne com V.Ex^a e com o grupo político de V.Ex^a,

prefeito do DEM, deixou Itabuna numa situação lastimável, deputado Fernando Torres. Com débito, inclusive, de mais de um mês com os fornecedores da Saúde do município de Itabuna, que sequer repassou os pagamentos do SUS. E todos lembram que o Hospital de Base de Itabuna foi praticamente fechado pelo Ministério Público, e se não houvesse a intervenção do governo do Estado aquele município ainda viveria um caos; e não foi por falta de recursos.

Nesses últimos dias houve uma denúncia de que 9 milhões de reais foram desviados da Saúde. E lá em Itabuna o que temos acompanhado é que a atenção básica foi deixada totalmente de lado. É uma situação lastimável, que teve a contribuição maior do governo anterior, do próprio DEM, e ouvimos o Líder do DEM aqui dizer que o caos estabelecido naquele município é culpa do governo atual.

Ora, o governo investiu mais de 2 milhões de reais só em compra de equipamentos. O governo em Itabuna, inclusive nos últimos dois meses, tem atuado até com o Corpo de Bombeiros e com a Polícia Militar buscando identificar onde estão os focos. Estamos lá com um helicóptero fazendo o trabalho que precisa ser feito agora de emergência em função do total abandono, que não é de poucos meses, da atenção básica naquele município.

E quero lembrar ao deputado Heraldo Rocha que em Feira de Santana, nos últimos dias, há um exemplo claro de como funciona a cabeça do DEM!

A cabeça do DEM em Feira de Santana é interessante: o ex-prefeito José Ronaldo, num município que tem 350 agentes de endemias, tirou do trabalho de campo 70 agentes. Está aqui, no jornal *Folha do Estado*: “Decreto nº 7.701, de 06 de março de 2009, dispõe sobre o retorno ao trabalho de campo dos agentes de endemias que atuam no Programa Municipal de Combate à Dengue e que estejam em desvio de função.”

Essa foi uma medida tomada pelo prefeito Tarcízio Pimenta, que teve, de cara, que enfrentar uma situação para a qual ele sabe que o Estado tem feito a sua parte. O governo estadual está fazendo propaganda, investiu em equipamentos e ampliou a atenção básica de saúde em todo o Estado. E também busca a “desprecarização” desses agentes, contribuindo, inclusive, em sua formação.

Mas no município que conta com 350 agentes de endemias, 20% deles estavam como motoristas e no setor administrativo em outras secretarias! E caberá ao Ministério Público atuar, responder sobre a legalidade e o que fazer com uma ação desse nível.

É bom lembrar que boa parte do recurso do programa dos agentes de endemias vem do governo federal. E, infelizmente, vemos agora como funciona, ainda com mais gravidade, a cabeça do DEM.

E o DEM vem reclamar aqui, deputado Heraldo Rocha, que, aliás, esqueceu do seu recorde mundial, porque o recorde mundial de extinção de CPI está com o deputado Heraldo Rocha, que, passando por cima do Regimento, mesmo com uma decisão do Tribunal de Justiça para que fosse aberta a CPI dos Grampos... Não esquecemos que até criança de 9 anos estava na lista, sendo grampeada. Criança de 9 anos sendo grampeada na Bahia! E nós não pudemos investigar, não foi possível

investigar!

Falar em Regimento, deputado Heraldo Rocha, numa situação como V.Ex^a colocou aqui... Aliás, V.Ex^a teve o bom senso de pedir desculpas, porque esta esquerda não é vagabunda, porque esta esquerda dá condições de V.Ex^a, hoje, ter os dados em mãos, de fazer política com diálogo, de não ser tratorado nesta Casa. Entristece-me quando vejo uma polêmica tão grande em torno dessa questão, do número de deputados nas comissões.

Nós já estamos no segundo mandato aqui, alguns de nós, e fomos vítimas do trator, quando não se ouvia, não se dialogava e nem se piscava o olho, e se agia de forma bruta em todos os setores. E não só no setor da política, não, mas nas cadeias produtivas, que hoje estão todas dizimadas. Era no Estado todo, atendendo aos amigos, trocavam sempre a ação governamental pelo voto, pela política miúda, deixavam as outras categorias do Estado, todas, decapitadas, arrasadas.

E aqui, hoje, vejo alguém reclamar que há um debate no qual o governo está com sua Bancada, ou que a Bancada do governo, melhor dizendo, está passando dos limites na mudança do estatuto. Vamos discutir os méritos, mas não vamos esquecer do que ocorria aqui, nesta Casa: não vinha um secretário sequer dialogar com os deputados, não havia uma discussão de projeto, e nós, hoje, podemos dizer com tranquilidade que todo projeto polêmico vem para a Casa para ser debatido.

Hoje, estamos vendo uma Galeria cheia. Quando foi que vimos Galeria cheia para discutir? Esses que estão aqui, hoje, funcionários da Fazenda, já trouxeram, por muitas vezes, o debate para cá! Foi assim também com a Justiça, na LOJ! Foi assim com as 26 categorias que aqui, nesta Casa, tiveram seus pleitos debatidos, dialogados. Todos temos conhecimento, hoje, da vitória do governo Wagner no que tange ao espaço da política, do debate, da compreensão.

Mas democracia, é bom lembrar, se faz com a Maioria, mas talvez alguns da Minoria não entendam que o trator não existe mais, ficou para trás. Talvez seja o complexo de tratorista que ficou na cabeça deles, sem querer sair. Estou entendendo, mas acabou, é a Maioria que decide, que vai para o voto e que tem que fazer o debate, no qual, muitas vezes, muitas e muitas vezes, nós que representamos a Maioria mudamos de opinião, porque isso faz parte do jogo político, porque vamos aprofundar os méritos, mas que não passem por cima das questões cruciais nem da memória.

Peço ao deputado Heraldo Rocha que reflita sobre o seguinte: quem é que temos, hoje, conduzindo a saúde e que saúde temos. O combate à dengue é um compromisso de todos da sociedade, especialmente do poder instituído, do governo do Estado, do governo municipal, do governo federal, da sociedade e da imprensa. Proselitismo, num momento de tantas dificuldades no nosso Estado, não funciona, principalmente no caso de Itabuna, onde talvez o maior responsável tenha sido o ex-prefeito, que deixou a saúde num caos total, no pior estágio que a cidade já viu. O grande culpado, portanto, não é o secretário Solla nem o governo do Estado.

Aliás, bem queria dizer aqui quem é o grande culpado, mas temos que compreender que município, Estado e sociedade têm que se dar as mãos neste

instante. O governo do Estado faz a parte dele, então que os discursos proselitistas fiquem de lado e a responsabilidade tome a cena nesta Assembléia Legislativa.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Concedo a palavra ao Líder da Minoria ou representante do PTN para falar, ou indicar o orador, pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. Luiz de Deus:- Sr. Presidente, falarei por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Com a palavra, pelo tempo de 10 minutos, o deputado Luiz de Deus.

O Sr. LUIZ DE DEUS:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, venho, pela segunda vez, a esta tribuna, hoje, para tratar de um assunto que me deixa muito entristecido. Não é minha característica fazer críticas a ninguém, mas, infelizmente, por força do cargo, sou obrigado a tratar deste assunto.

V. Ex^{as} sabem que sou de Paulo Afonso. *A Tarde* de 18 de fevereiro, na sua primeira página, estampou esta manchete: *“Juiz baiano é investigado por corregedoria. O juiz Jofre Caldas de Oliveira, titular das Varas Criminal e da Fazenda Pública de Paulo Afonso, está sendo investigado pelas corregedorias do Tribunal de Justiça da Bahia e do Conselho Nacional de Justiça. Oliveira é suspeito de exercer pressão sobre o prefeito de Santa Brígida, Padre Teles, para empregar a filha e apadrinhados, e assediar um oficial de justiça, de favorecer advogados, de desviar cestas básicas e de contratar funcionárias em troca de favores sexuais.”*

No mesmo dia, essa matéria mereceu do deputado Paulo Rangel, nesta Casa, o seguinte pronunciamento:

“Sr. Presidente, subo à tribuna, mais uma vez, para falar sobre o juiz tarado, o juiz corrupto da cidade de Paulo Afonso que está sendo investigado pela Corregedoria e que tem, inclusive, como principal denunciante um correligionário de V.Ex^a que é o Padre Teles. Queria alertá-lo que esse Padre que está protegido por Deus, vai ter que ter a proteção dos homens, porque a ficha do juiz Jofre é muito suja. E não pode haver arquivamento de processo como houve em Sapeaçu, onde ele foi acusado da morte de um trabalhador rural. Trinta e três testemunhas depuseram contra ele, 90% o acusaram como mandante e o processo foi arquivado.

Em Eunápolis, o juiz foi acusado de venda de sentenças, de nepotismo, de assédio sexual e o processo foi arquivado. Em Paulo Afonso, agora, deputado Heraldo Rocha, ele é acusado dos mesmos crimes e entendemos que dessa vez não haverá o mesmo arquivamento que houve anteriormente.

Mas queria, neste momento, alertar o Tribunal de Justiça da Bahia para o instrumento que vem sendo usado nas comarcas do interior, onde não se convocam os concursados e se pede favor às prefeituras para que contratem funcionários, porque esses são parentes, afilhados ou mantêm relações escusas com alguns magistrados.

Olhe o exemplo: o Padre Teles, de Santa Brígida, deputado, foi obrigado a contratar a filha do Dr. Jofre. O juiz saía de Paulo Afonso para fazer a feira dele em Santa Brígida. O Padre de Santa Brígida, o prefeito, tinha que manter empregados no

gabinete dele, na sua totalidade, mulheres, diga-se de passagem, bonitas, lá no gabinete do juiz. Só esse deputado aqui recebeu quatro senhoras que o acusavam de assédio sexual, mas não tinham coragem, realmente, de testemunhar contra ele.

O juiz de Paulo Afonso, um dos juizes, se diz ameaçado de morte e nós há muito tempo estamos denunciando esse bandido. Mas, acho que agora, finalmente, vai-se fazer justiça. Pena que cargo de juiz é vitalício, é uma pena, mas espero que vai dar, até porque, existe uma unidade muito grande na cidade de Paulo Afonso, das instituições sérias, dos homens sérios, dos políticos sérios para que, no mínimo, ele seja afastado daquela região. Mas, acho que ele tem que ser afastado do cenário do Judiciário baiano, porque é muita coincidência, deputado Heraldo Rocha, que para onde esse rapaz vai, é acusado de assédio sexual, de vender sentença, nepotismo, de pedir, forçadamente emprestado, funcionários de prefeituras.

Olha, o povo aumenta, mas não mente. Então, isso é muito sério!...”

Isso não são palavras minhas, foram as palavras do pronunciamento do deputado Paulo Rangel, aqui nesta tribuna.

Ora, o juiz Jofre Caldas, na sua entrevista em *A Tarde*, diz que tudo isso foi uma vingança do juiz Rosalino e da promotora Dr^a Milane por ele ter denunciado, que houve fraude, ele é quem disse, foi a denúncia, nas eleições de Santa Brígida e Paulo Afonso.

É esta a razão, é este o motivo porque estou vindo a esta tribuna para dizer a esse juiz que ele, mais do que ninguém, tem a obrigação de fazer uma denúncia formal no Tribunal Regional sobre o que ele disse, que aconteceu fraude nas eleições de Santa Brígida e Paulo Afonso; se ele não denunciar, serei obrigado a voltar a esta Tribuna e daqui chamá-lo de leviano; ele nos conhece há muitos anos, sabe do nosso comportamento e o do nosso grupo político em Paulo Afonso.

Eu já fui prefeito, meu nobre deputado Isaac Cunha, e durante minha gestão eu sempre dizia: se um dia eu entender que metade da população de Paulo Afonso mais um não me quer, eu pego meu boné e vou tocar noutra freguesia. Quem é prefeito sério está lá para servir à comunidade, ao povo, não está para se locupletar, para ser servido pelo cargo. Então, esse juiz, antes de mais nada, é um irresponsável quando faz tal acusação.

Depois, nas entrelinhas, aliás, nas linhas, ele afirma: *estão com medo da minha volta ao Juizado Eleitoral*. Eu não sei a quem ele se refere e que está com medo. Eu e o nosso grupo político não temos medo dele, como não temos medo de juiz nenhum. Eu tenho medo, sim, da sua história, do seu passado.

Do seu passado eu tenho medo. Vejam aqui os senhores: *Tribuna da Bahia*, de 1996: *Juiz de Eunápolis é acusado de extorsão*. Por onde ele passou, como eu disse anteriormente através do pronunciamento do Dr. Paulo Rangel, deixou umas pegadas que entristecem qualquer cidadão, para não dizer que envergonham. Foi assim em Eunápolis, foi assim em Sapeaçu onde ele foi acusado de mandar sequestrar e matar o pobre coitado de um agricultor. Eu não tenho medo do juiz Jofre Caldas, eu tenho medo da história dele, do passado dele.

Eu espero que o nosso prefeito, que os nossos vereadores, que o prefeito de

Santa Brígida e os vereadores de Santa Brígida o interpelem judicialmente, porque ele tem a obrigação de dizer qual a fraude que foi praticada nos municípios de Santa Brígida e Paulo Afonso, sobretudo o de Paulo Afonso, que é o meu município. Ele vai ter que provar quais foram as fraudas praticadas pelo nosso grupo político.

Era isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que eu gostaria de deixar nos arquivos desta Casa, através do nosso pronunciamento, a nossa insatisfação em ter um serventuário da Justiça, um magistrado ... tenho certeza de que o nosso Tribunal de Justiça tomará as devidas providências, porque não se pode continuar a ter nos quadros da Justiça baiana um magistrado como esse.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Com a palavra o nobre Líder do Governo e da Maioria ou o Líder do Bloco Parlamentar PDT/PSC/PRP para falar ou indicar orador pelo tempo de até 8 minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, falarão os deputados Adolfo Menezes por 4 minutos e o deputado Professor Valdeci por 4 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Com a palavra o deputado Adolfo Menezes pelo tempo de 4 minutos.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas Maria Luiza Laudano e Marizete, eu gostaria também de tecer comentários sobre o assunto que o amigo colega, deputado Luiz de Deus, acabou de pronunciar aqui na tribuna.

Nós estamos, Sr. Presidente, numa situação difícil. O povo devia confiar na Justiça, mas a cada dia vemos casos escabrosos. Mas, não é de se admirar. Há pouco tempo, ouvimos falar aqui de venda de sentenças, de advogados, desembargadores envolvidos, e acho que estavam errados o jornal *A Tarde* ou o *Tribuna da Bahia*, que noticiaram esses fatos, e não aconteceu absolutamente exatamente nada. Alguns foram presos, outros fugiram. Acredito que nem foram presos os advogados. O presidente do tribunal, segundo a imprensa, quis apurar e seus colegas não deixaram. Resumindo, ficou por isso mesmo.

Vou aqui, no pouco tempo que me resta, deputado Valdeci, acho que vou usar o tempo inteiro, acredito que vai haver tempo nos outros horários para V.Ex^a, para falar de uma pérola aqui para não citar várias outras, como em Paulo Afonso e muitos municípios, de juízes que não se respeitam, que não respeitam a Justiça, como deveria ser.

Vejam o caso de Cansanção, de que já falei aqui duas vezes. Não é possível que, depois de 6 meses, ainda esteja acontecendo a mesma coisa. Em Cansanção, para não citar outros municípios, o prefeito impugnado, caro deputado Luiz de Deus, na última hora, o que já é uma aberração, culpa dos deputados federais, não todos, alguns têm boas intenções, mas como são 513, é difícil haver consenso, quando o presidente, que é autoridade maior, que não deveria mandar no Congresso, mas manda, quando o presidente não tem interesse, acaba ficando do jeito que está e fica

essa esculhambação em muitas áreas em nosso País.

A nossa classe é a mais desmoralizada. Culpa de quem? Vejam o Congresso. Os senadores, em pleno recesso, pagam 6 milhões de horas extras. Como é que a população não se scandaliza? É impossível. É uma aberração, porque 24 horas antes, permite que um candidato seja substituído, não dando tempo nem de trocar a fotografia na urna.

É uma aberração, deputado Pedro Alcântara, tenho certeza de que V.Ex^a comunga com o mesmo pensamento. Em Cansanção, para não falar de Morro do Chapéu e outros municípios, o prefeito Ari, 24 horas antes, no sábado, fez uma reunião com seus familiares, como existia uma coligação de vários partidos, acreditando nessa esculhambação, falsificou assinaturas...

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Para concluir, deputado

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Sr. Presidente, vou falar por todo o tempo. Já falei com o deputado Valdeci.

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Concedo mais 4 minutos do tempo do deputado Professor Valdeci.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- O prefeito de então, o Sr. Ari, de Cansanção, falsificou assinaturas de todos os presidentes dos partidos que compunham a coligação, porque o candidato que ele escolheu era um absurdo tão grande, um empregadinho, não tenho nada contra quem é trabalhador, mas um insignificante, nem ele próprio sabia que era candidato. Teriam os presidentes dos partidos de assinar na ata, para se trocar o candidato. Um absurdo, 24 horas antes, mas a lei dá o direito. Falsificou, vejam, não sou eu que estou dizendo, não. Os peritos autorizados pela Justiça, peritos da Polícia Federal, que fizeram a perícia, e vejam bem, vejam a piada, deputado Pedro, a perícia atestou, todas as assinaturas foram falsificadas.

Nesse intervalo, Srs. Deputados, uma juíza ainda teve a cara-de-pau de suspender a perícia.

Mas como é que eu assino um cheque e, se fui eu quem assinei o cheque, vou entrar na Justiça para suspender a perícia em minha assinatura? Para mim, o bom senso, deputado Pedro Alcântara, Srs. Deputados, só aí já seria a confissão do crime, como é que, se as assinaturas eram dos presidentes dos partidos, o grupo entra na Justiça para suspender a perícia? E a juíza ainda teve a cara-de-pau, a irresponsabilidade, de mandar suspender a perícia.

Mas, deram azar, porque nesse intervalo, a perícia já tinha sido concluída.

Resumindo, a Justiça, através de uma juíza mais séria, botou o prefeito-laranja para fora. Quem era o tesoureiro do prefeito-laranja que ainda ficou um mês? Vejam: se a ata foi nula porque era falsa, não existia o candidato. Esse é o entendimento. Não sou jurista, não sou da área, mas li alguma coisa a respeito. Existe jurisprudência. É nulo porque o documento, a ata era nula, era falsa. O laranja, porém, ainda ficou um mês. Quem era o tesoureiro do laranja, deputado Pedro Alcântara? O ex-prefeito, Sr. Ari, era o tesoureiro do então prefeito que ficou no mês de janeiro. A Justiça botou pra fora o laranja, porque a situação é absurda! Quem assumiu a prefeitura, deputado Pedro? O presidente da Câmara, que é irmão do Sr.

Ari. Até aí tudo bem. Se o povo o elegeu como vereador, não podemos fazer nada. Quem continua coincidentemente como tesoureiro, tomando conta do dinheiro de Cansanção? O Sr. Ari.

Concluindo, nesses 50 segundos que me restam, é uma vergonha esta Justiça que não se respeita. Seis meses depois, uma aberração desse tipo! Um ato nulo, tudo nulo e comprovado pelos peritos da Polícia Federal. Já estamos praticamente no meio do mês de março e os destinos de Cansanção continuam sob o domínio do presidente da Câmara, tendo como tesoureiro esse que falsificou tudo, o ex-prefeito que manda em tudo. Pelo que estou citando aqui, vocês podem perceber a situação. Está a maior esculhambação. Perdem documento, vai documento, entram com recurso, entraram em Brasília duas vezes, conseguiram com isso...

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Para concluir, deputado.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Vou concluir.

(...) levar mais desgaste ainda ao Supremo. Um caso desse não era nem para ir ao Tribunal Superior. Esse é o retrato do Brasil.

Vou concluir, Sr. Presidente, dizendo que, se quisessem melhorar, bastaria que tivessem coragem. Essa operação da Polícia Federal nos aeroportos do Rio de Janeiro, de São Paulo, Guarulhos, salvo engano, envolveu servidores, auditores, servidores da Infraero que ganham salários altíssimos!

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Para encerrar, Excelência.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Vou encerrar.

Por que a lei não diz que, comprovado o delito, perderia de vez o cargo? Depende dos nossos deputados federais e senadores. Então, o Brasil poderia melhorar sim, desde que tivessem coragem para mudar esses absurdos que ocorrem hoje no dia-a-dia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Concedo a palavra ao nobre Líder do PR para falar ou indicar orador pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. Pedro Alcântara:- Usarei todo o tempo, Excelência.

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Com a palavra o nobre deputado Pedro Alcântara, verdadeiro representante do município de Juazeiro.

O Sr. PEDRO ALCÂNTARA:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, aqueles que nos honram com suas presenças, ouvimos atentamente hoje a fala do nobre deputado Luiz de Deus, que já não está mais no Plenário desta Casa, e também a do deputado Adolfo Menezes. É constrangedor, deputado, ouvirmos essas questões. Esta é a Casa da lei. Acredito que deveríamos nos debruçar para verificar essas questões. Deveríamos, através da Comissão de Constituição e Justiça ou da própria Presidência desta Casa, ir ao Tribunal de Justiça argüir, argumentar essas coisas e usar o poder que ainda nos resta para esclarecer inúmeras questões escabrosas que estão nos Tribunais não só da Bahia como do nosso País.

O que nos convém, porém, são essas questões que estão no Tribunal do nosso

Estado. Já fui vítima de processo. A juíza que tanto quis me condenar hoje está onde deveria estar há muito tempo, graças a Deus! A Bahia e o Brasil tomaram conhecimento de quem realmente se tratava: a maior apoiadora do narcotráfico do nosso País.

Mas, Sr. Presidente, principalmente o meu querido amigo deputado Heraldo Rocha que tem trazido para esta Casa o debate sobre a questão da dengue que aflige algumas cidades da Bahia, em especial Itabuna, Jequié e etc. Eu tenho dito, deputado, que a dengue é um patrimônio do Brasil todo, presidente, governadores, prefeitos, cidadãos, cidadãos. Se cada um de nós cuidasse da sua casa, talvez, o surto de dengue fosse muito inferior ao que está ocorrendo.

Acho que o prefeito é importante nessa questão nesse exato momento. Vou dar o exemplo de Juazeiro. Em Juazeiro, no ano de 2007, tivemos notificados 885 casos de dengue, sendo 400 casos clássicos, 01 hemorrágico e 484 foram descartados; no ano de 2008, tivemos 4.477 casos; dengue clássico: 2.968; dengue hemorrágico: 02; febre hemorrágica da dengue: 05; descartados 1.502. Portanto nós tivemos, no ano de 2008, 2.968 casos constatados de dengue.

Todo mundo sabe qual o período em que a dengue aparece com maior frequência. E os prefeitos que têm que buscar o apoio do governo federal e do governo estadual têm que tomar as medidas devidas na hora certa. O recém-eleito prefeito de Juazeiro, Isaac Carvalho, empossado no dia 1º de janeiro, foi ao secretário de Saúde e chamou para si a questão da dengue, ele mesmo foi o comandante. Exigiu que todas as casas de Juazeiro fossem visitadas, disponibilizou, dos 198 funcionários da rede, mais de 100 para o programa da dengue, fez uma verdadeira guerra de combate a dengue. Nas casas que foram identificados os mosquitos da dengue foi feito um trabalho com inseticida. E o tratamento chegou a 100% das casas.

Vejamos o resultado da dengue em Juazeiro a partir de 1º de janeiro deste ano: 12 casos foram notificados, 01 caso de dengue clássico, 02 descartados e 09 ainda esperam o resultado. Portanto só tivemos notificados 12 casos de dengue. Só houve um caso de dengue em Juazeiro este ano que foi no interior, na sede foi zero.

Está aí a eficiência de se ter um prefeito preocupado, deputado, com as questões da sua cidade chamando para a si a responsabilidade, porque o cidadão não mora no país, não mora no estado, mora no município. Então é importante que o prefeito chame para si a responsabilidade e esteja atento com um programa de conscientização, de investimento e de ação e que ele vá para a frente. É por isso que Juazeiro hoje está com zero caso de dengue, deputado Isaac. O deputado Álvaro Gomes está ali se deleitando porque o prefeito de Juazeiro é seu correligionário. É um exemplo, hoje, de como se combate a dengue. Transferir responsabilidade para o governador, para o presidente, para a secretaria da Saúde, é muito cômodo. Dizer, não, a responsabilidade é do Estado. Somente do Estado não, a responsabilidade é de todos nós. E, hoje, na posse do presidente da Comissão de Saúde, eu levava esses dados e será um dos assuntos debatidos em Comissão.

Portanto está aqui o exemplo de como se combate a dengue para se ter resultados altamente positivos.

Eu ia me pronunciar também, deputado Álvaro Gomes, sobre a questão desse imbróglio do fisco, esse projeto que tem causado muita celeuma. Tenho ouvido atentamente V.Ex^a, mas, infelizmente, os partidários do sim e os partidários do não não estão presentes nas nossas galerias. Mas pergunto a V.Ex^a, deputado, esse projeto que tem causado tanta celeuma tira alguma das funções, algum direito dos auditores?

O Sr. Álvaro Gomes:- Nobre deputado Pedro Alcântara, absolutamente nenhum.

O Sr. PEDRO ALCÂNTARA:- Pronto. Transforma agentes em auditores?

O Sr. Álvaro Gomes:- Em hipótese alguma, inclusive eu tenho uma emenda que deixa isso bem claro.

O Sr. PEDRO ALCÂNTARA:- Eu já vi alguns deputados desta tribuna trazerem uma série de pareceres em relação a esse questão. Já vi parecer nesta Casa comprado, já vi parecer equivocado, já vi pareceres que atendiam aos que solicitaram o parecer. Então depende da consciência, do projeto e da análise de todos nós em relação a esse projeto.

Estou muito tendente, embora vá liberar a Bancada nessa questão, a votar com o sim, porque entendemos que esse projeto, como querem arguir alguns, não é inconstitucional. E, se por acaso, como eu disse há pouco em relação ao discurso do deputado Adolfo Menezes, se é a Casa da Lei, aqui nós fazemos lei, aqui nós tiramos lei de circulação, aqui nós alteramos leis. Então é importante porque se essa lei for aprovada, aqueles que se sentirem prejudicados há o caminho a recorrer, o importante é a consciência de cada deputado. E a nossa formação está no sentido de votar com os agentes de tributo, porque não vejo em momento algum a inconstitucionalidade desse projeto. Não se tira direitos, não se altera função – aqui foi muito debatido na Constituinte, eu tive a honra e o prazer de ser um deputado Constituinte, aqui nesta Casa, ainda temos 4 deputados Constituintes, os deputados Reinaldo Braga, Jurandy Oliveira, Luciano Simões e eu, - o desvio de função. Fui simpático a essa questão, deputado Álvaro Gomes, porque é um estímulo a ação. A pessoa é contratada por uma empresa como nível técnico, esforça-se, estuda, vai ao colégio à noite etc, assume uma posição de destaque, desempenha a função, por exemplo, muitos agrônomos, que eram técnicos agrícolas do Estado – EBDA, ADAB etc – são usados como agrônomos, entretanto continuam como nível técnico. E não havia concurso. Então, porque não avançar no processo até para contemplar e estimular o cidadão que se dedica a estudar, a ir à sala de aula, se esforçar, melhorar, aproveita-se o seu conhecimento?

Portanto, deputado Álvaro Gomes, tenho ouvido V.Ex^a atentamente, sei que V.Ex^a é um deputado capaz, competente, estudioso da questão. Recebi uma cartilha que vou estudá-la para chegar mais preparado ainda na hora que esse projeto vir a Plenário e, com certeza estamos tendentes a votar favorável aos agentes de tributos porque entendemos que em momento algum transforma agente em auditor, em momento algum tira a função ou diminui a ação dos auditores em nosso Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou o Líder do Bloco Parlamentar PSDB, PTdoB, PSL e PTB para falar ou indicar orador pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, falará por 4 minutos o deputado Isaac Cunha e por 4 minutos o deputado Valdeci.

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Com a palavra por 4 minutos o deputado Isaac Cunha.

O Sr. ISAAC CUNHA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. das Galerias, volto a esta tribuna para parabenizar a ação do governo no combate à dengue. Digo não só à ação do governo estadual, mas também pela celeridade com que o nosso presidente da República e o Ministério têm levado atentamente a cabo o desejo e a vontade de debelar a crise que se instalou na Bahia.

Quero dizer aos Srs. Deputados que participei de uma sessão especial na Câmara de Vereadores de Jequié, na qual foi discutida a problemática da dengue. E vi ali instalado naquele momento uma comissão em que estava presente o Estado, a Defesa Civil, setores da sociedade de Jequié, o representante do governo, o Exército e os cuidados que foram tomados naquele momento e discutido para que a crise instalada naquele momento fosse minimizada.

O que nós percebemos é que naquele momento a comunidade clamava por uma ação na qual não aconteceu, não quero aqui nesse momento, Srs. Deputados, fazer nenhuma acusação, mas o que faltou, o que vimos e presenciamos foi que houve uma negligência na ação preventiva no combate à dengue.

A partir do momento em que a sociedade se mobilizou e o governo esteve presente, começou a haver mudanças na crise. Hoje, eu ligo para Jequié, falo com a assistente social, o Hospital Regional Prado Valadares, e a crise começa a se debelar. Sabem a sociedade, os gestores que a dengue é cíclica, ocorre a cada ano, e se cada gestor cumpre o papel preventivo, sabemos que o surto não ocorre, como ocorreu em Jequié e está ocorrendo em Itabuna, haja vista que, hoje, na formação da Comissão da Saúde, o deputado Pedro Alcântara, no debate, naquele momento – e fazia, como ele, esse discurso –, dizia que era preciso estar atento à prevenção nas cidades onde está havendo essa crise para que ela não ocorra mais, porque percebemos que vidas são ceifadas, em algum momento, pela negligência e pela falta de prevenção.

Vemos, em Juazeiro, deputado Álvaro, este ano, vemos uma redução no número de casos de dengue – que, no ano passado, foram elevados – em razão de uma ação preventiva real e da agilidade do gestor. Em Camaçari, por exemplo, em razão da ação do gestor, que é do Partido dos Trabalhadores, não há casos maiores de dengue. Em Amargosa e outras cidades se vê que a crise não chegou porque houve uma ação preventiva. Quando o gestor mobiliza a sociedade para combater aquele mal e ela fica ciente do que deve fazer, não haverá a crise.

Infelizmente, vidas foram ceifadas, mas é importante que, a partir dessa crise, os gestores desses municípios passem a ter mais cuidado e estejam atentos à prevenção, levando à sociedade que ela tem um papel importante no cuidado com o

meio ambiente, o espaço onde ela convive para que não tenhamos mais na Bahia essa crise de dengue.

Para concluir, Sr. Presidente, é claro que essa crise sempre vai existir, mas em menor número. E quanto mais prevenção, menos ela ocorrerá na Bahia.

Está de parabéns o governo do Estado pela ação, Sr. Presidente. O nosso governador, o secretário Jorge Solla, com força e determinação, fez aquilo que o Estado tinha que fazer para que essa crise seja debelada.

Repito: estão de parabéns o governador e o nosso secretário Jorge Solla.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres)- Concedo a palavra ao deputado Professor Valdeci, pelo tempo de 4 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, é para fazer uma pequena alteração: em vez do Professor Valdeci, vai falar, no tempo restante, a nobre deputada Maria Luiza Laudano.

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Concedo a palavra à deputada Maria Luiza Laudano, pelo tempo de 4 minutos.

Peço a V. Ex^a, Líder da Maioria, que indique um deputado para recompor a Mesa.

A Sr^a MARIA LUIZA LAUDANO:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, com referência à dengue na Bahia, faço minhas aqui as palavras dos oradores que me antecederam.

Com relação à dengue, costumo dizer – e fico muito à vontade para fazer isso, porque já fui prefeita por três mandatos – que é importante fazer a prevenção, o que procurei fazer na minha gestão, o que está fazendo a prefeita de Pojuca, Gerusa, e o que deverão fazer todos os prefeitos, Srs. Deputados.

Em Pojuca, pusemos os agentes, com caminhões, acompanhados de um carro de som, chamando a atenção da comunidade, adentrando-se nos quintais das casas, tirando latas velhas, pneus, garrafas, fazendo, realmente, uma verdadeira limpeza, para que possamos realmente livrar a população do mosquito da dengue, porque acabar com a dengue é difícil em virtude da proliferação da larva.

Mas cabe a nós, não é só ao governo do Estado. A Secretaria da Saúde é comandada pelo Dr. Jorge Solla, que é um competente secretário. Nunca havia visto, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, um secretário da Saúde se deslocar para um município, levar a sua equipe de trabalho e ficar no meio da contaminação para defender uma população. Nunca vi acontecer isso no Estado da Bahia! Sinto-me muito à vontade para dizer isso, até porque o Dr. Jorge Solla foi medicar no HGE naquela ocasião do acidente, da greve de médicos, coisa que também nunca havia visto.

E hoje ele está com a sua equipe em Itabuna. Tinha até uma audiência marcada com o secretário, mas ele me pediu desculpas e a adiou porque estava se deslocando para lá.

O que quero aqui é parabenizar o governador do Estado por estar fazendo a sua parte. Parabenizo também o Dr. Jorge Solla e a sua equipe de médicos e paramédicos porque chegaram ao problema existente. Acho que a obrigação de todo prefeito é defender a sua população, entrosando-se com a sua equipe. O gestor municipal deve até cancelar projetos; ou seja, se a crise está alterando a sua receita, que cancele alguns e utilize esses recursos na saúde. Agindo assim, estará defendendo os seus munícipes. E ele foi eleito para isso.

Então cabe-lhe fazer as suas campanhas. Não podemos ficar o tempo todo a culpar, a culpar, a culpar. Somos deputados representantes das diversas regiões do Estado. Por que também não vamos lá aos municípios? Cada um de nós, Situação e Oposição, deve ir aos seus municípios no final de semana fazer palestras para os seus eleitores, conversar com o próprio prefeito, com os vereadores, para que também se integrem ao Estado. Por que só culpar o Estado?

Quero parabenizar...

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Conclua, Excelência.

A Sr^a MARIA LUIZA LAUDANO:- (...) o Dr. Jorge Solla e a sua equipe. E também o governador, que está preocupado com o problema.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Concedo a palavra ao nobre Líder do governo e da Maioria ou ao do Bloco Parlamentar PP/PMN/PRTB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, o nobre deputado Valdeci falará por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Concedo a palavra ao deputado Professor Valdeci pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. PROFESSOR VALDECI:- Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, uso esta tribuna da Assembleia para fazer a leitura de um texto elaborado, no dia 6 de março, por um dos maiores intelectuais vivos do planeta Terra, que se chama Luiz Inácio Lula da Silva. Tem por título *A expansão da rede de escolas técnicas*.

(Lê) *“O ensino técnico esta em festa. Estamos comemorando neste ano de 2009 o centenário de implantação das primeiras escolas técnicas no Brasil. Em 1909, o presidente Nilo Peçanha criou 19 escolas de Aprendizes e Artífices, que foram os embriões dos Cefets e dos atuais Ifets - Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.*

A forma que escolhemos para comemorar, para prestar uma justa homenagem aos pioneiros e à nossa juventude, especialmente das camadas mais pobres da população, foi tomar a decisão de expandir como nunca a rede federal de ensino profissional. De 1909 a 2002, foram construídas em nosso país 140 escolas técnicas. E só em nosso governo, estamos implantando 214 novas escolas, o que significa que chegaremos ao final de 2010 com 354 unidades. Hoje, estamos inaugurando três escolas no Rio, amanhã, quatro no Espírito Santo, e vamos seguir

neste ritmo até chegar a dezembro com 100 novas escolas inauguradas. Apenas neste ano, que é o do centenário.

As 354 escolas que teremos no final de 2010 oferecerão 500 mil matrículas para a nossa juventude que deseja dominar uma profissão e ter uma vida digna juntamente com a família. A resultante será a produção de prosperidade e a distribuição de riquezas. Estamos trilhando um caminho sem volta. Os currículos das escolas técnicas espalhadas por todo o território nacional levam em conta a realidade de cada local, a sua vocação econômica, as suas necessidades concretas de mão-de-obra especializada.

Com essas iniciativas, objetivamos criar uma infinidade de pólos de desenvolvimento em regiões antes abandonadas, dinamizando a economia do nosso interior. Os jovens não precisarão mais deixar suas cidades em busca de oportunidades e causar o inchaço dos grandes centros urbanos. Queremos que a prosperidade, tanto individual quanto das coletividades, se espraie por todo o interior.

Estamos recuperando o tempo perdido nas últimas décadas, quando o ensino deixou de ser prioridade no Brasil. Antes do meu governo, chegou-se ao ponto de ser proibido, por lei, que a União ampliasse a rede de escolas técnicas federais, transferindo-se essa responsabilidade para ONG's, estados e municípios. Hoje, estou convencido de que vivemos uma nova fase, uma fase de avanços extraordinários em relação à educação de maneira geral. Além das escolas técnicas, estamos criando novas universidades e 93 extensões universitárias, que são unidades de universidades já existentes, para serem implantadas em cidades do interior. Com isso, o jovem do interior pode cursar uma faculdade voltada para as necessidades específicas da sua região, da mesma forma que nas escolas técnicas, sem ter que se deslocar para a capital do estado ou para um grande centro urbano.

Com o Reuni, programa que aumentou a proporção de alunos/professores de 12/1 para 18/1, e com a contratação de mais docentes, nós simplesmente duplicamos as vagas de ingresso nas universidades federais. Em 2003, eram 113 mil vagas e este ano, em 2009, as universidades federais abriram 227 mil vagas nos vestibulares. Outro programa da maior importância, e que muito nos orgulha, é o Prouni - Programa Universidade para Todos. O Prouni consiste na concessão de bolsas de estudo integrais e parciais para universidades privadas, destinadas a jovens com renda familiar per capita de até três salários mínimos. Criamos este programa em 2004 e até hoje mais de 430 mil estudantes já foram beneficiados, sendo 70% com bolsas integrais. E temos a imensa satisfação de anunciar que este ano de 2009 verá a formatura em universidades brasileiras dos primeiros 56 mil jovens de origem humilde, graças ao Prouni.

Posso dizer que eu sou um exemplo vivo da importância do ensino técnico. Graças ao curso que fiz no Senai, fui o primeiro de oito irmãos a ter um emprego com carteira assinada, o primeiro a poder adquirir bens como televisão e carro. E graças a essa oportunidade, à atuação sindical e à elevação do nível de consciência da população brasileira, acabei chegando à Presidência da República. Por

experiência própria, conheço o inestimável valor do ensino técnico e é por isso que me empenho em proporcionar essa oportunidade a todos. Hoje, estamos enfrentando uma situação especial. Mas não há quem me convença a enfrentar a crise financeira, por mais séria que seja, retirando recursos da educação. A educação é prioridade absoluta.

Luiz Inácio Lula da Silva é Presidente da República Federativa do Brasil. ”

Fiz essa leitura porque é um momento importante para o Brasil e para a Bahia, que terá 9 das 100 escolas técnicas. É o projeto que estamos construindo, hoje, com mais força e velocidade, tendo o professor Adeum Sauer à frente da Secretaria da Educação do Estado e o professor Almerico Biondi como superintendente de Educação Profissional. Gostaria até de saudar e parabenizar o professor Almerico, que amanhã estará em Barreiras, na nossa Região Oeste.

Quero aproveitar este discurso para reiterar a necessidade da Região Oeste da Bahia de ser instalada o mais brevemente possível a Universidade Federal do Oeste Baiano, que já possui recursos no Orçamento federal para suas instalações físicas. Precisamos acelerar o processo burocrático para que neste ano ainda tenhamos condições de realizar o vestibular para mais uma universidade federal, a do oeste baiano.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Com a palavra o Líder do governo e da Maioria ou o Líder do PMDB para falar ou indicar orador, pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, a deputada Ângela Sousa falará pelo tempo de 5 minutos; e eu falarei por 4 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Com a palavra a deputada Ângela Sousa, pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a ÂNGELA SOUSA:- Sr. Presidente desta sessão, deputado Fernando Torres, amigos e colegas que estão no Plenário, pessoas que nos veem pela *TV Assembleia* e as que estão nas Galerias, gostaria de fazer aqui a defesa, porque creio que precisamos mostrar a realidade e a verdade do que está acontecendo na Saúde.

Eu creio na grande importância da atuação do nosso secretário da Saúde e sua equipe. O secretário Jorge Solla tem mostrado força, determinação e coragem. Em todas as ações relacionadas às epidemias, vemos ele sempre presente, ajudando, socorrendo, visitando... Neste momento, ele se encontra com sua equipe em Itabuna, o que me faz feliz por ver a responsabilidade que tem ao estar atuando no local da epidemia. Isso é muito importante observarmos porque muitos outros não fariam o que ele, hoje, está fazendo, atuando nas comunidades sofridas.

Sabemos que essa não é apenas uma responsabilidade da Secretaria da Saúde, que está fazendo o seu papel, é também uma responsabilidade do prefeito estar junto e colocar sua equipe da Saúde em ação nas comunidades. É uma responsabilidade também da Dires responder à situação de epidemia.

E também é responsabilidade de todos os munícipes, das comunidades, que devem abrir as portas e permitir a entrada dos agentes em suas casas para resolver a situação. Muitas vezes as pessoas ficam temerosas e não abrem as portas. Os agentes tentam, sem sucesso, entrar em uma, duas ou 3 casas onde pode haver um foco da dengue. Por isso eu gostaria de conclamar as comunidades onde a epidemia está instalada, e temos focos mais fortes da dengue, para que abram suas portas e deixem os agentes entrarem para averiguar a situação, para que possamos responder e acabar por completo com a dengue.

Precisamos da compreensão das comunidades, da resposta das secretarias do Estado e municipais, dos agentes das Dires, mas também as nossas comunidades precisam abrir suas portas e nos ajudar também, porque, muitas vezes, 1, 2 ou 3 podemos fazer, mas se 4 ou 5 não fazem a dengue continua proliferando naqueles lugares. Então, gostaria de dizer que é o momento da união de todos para conquistarmos a vitória nessa luta tremenda que está sendo contra a dengue.

Eu gostaria também de parabenizar o governador que estará em Itabuna, na sexta-feira, dia 13, justamente dando apoio à Secretaria e junto às pessoas no combate à dengue. Nós também estaremos presentes, porque temos ali uma responsabilidade também com o município, com alguns que nos deram o voto de confiança, e nós estaremos lá defendendo e ajudando. Faremos o possível para mudar o quadro dessa situação caótica. Mas o importante é que um sozinho não pode, mas se unirmos as forças teremos respostas positivas.

Gostaria também de ter a oportunidade de agradecer ao secretário Valmir Assunção, ao governador Jaques Wagner, ao secretário Rui Costa pela liberação do CSU, em Ilhéus, onde foi incluído um pedido da deputada Ângela Sousa, há mais ou menos um ano, para as reformas e recuperação do CSU, órgão de importância fundamental que trabalha com os mais carentes daqueles bairros da nossa cidade. Vai ser todo reformado. É muito importante que isso seja dito, que são ações do governo em respostas positivas ao clamor do nosso povo.

Muito obrigada e Deus abençoe.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Passo a palavra ao deputado Álvaro Gomes pelo tempo de 4 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, retornando a minha fala anterior sobre a comemoração do dia mundial do direito do consumidor, comemorado pela primeira vez em 1983, e reconhecido em 1985, quando a Assembléia Geral das Nações Unidas adotou os direitos do consumidor como diretrizes das Nações Unidas, conferindo nesse caso a legitimidade e o reconhecimento internacional. Portanto, o direito do consumidor, o direito de todas as pessoas no mundo inteiro, e é um dia muito importante para toda a sociedade. Nesse sentido, nós apresentamos aqui diversas proposições, são 73 projetos de lei que tramitam aqui na Assembléia Legislativa, entre os quais gostaria de destacar alguns: o projeto de lei nº 16252 que veda a cobrança de acesso à Internet, por um mesmo fornecedor, com um valor

superior ao cobrado em qualquer território nacional por idêntico serviço.

Isso significa que é mais especificamente para os serviços oferecidos pela *Oi*, o serviço velox, quando há uma diferença muito grande entre os preços cobrados aqui no Estado da Bahia e os preços cobrados em outros estados, a exemplo de Rio de Janeiro e Minas Gerais. Pelo projeto de lei, a empresa não poderá cobrar essa diferença, o preço precisa ser unificado, não pode ser superior. O serviço é o mesmo, o sistema é o mesmo, o custo é semelhante, não pode cobrar um valor diferente de outros estados, um valor exageradamente superior. Portanto, o projeto de lei tem esse objetivo.

Outro projeto de lei que é bastante polêmico já tramitou aqui na legislatura passada, sendo aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, e ainda está tramitando, que diz respeito a extinção da cobrança da chamada tarifa-assinatura não só dos telefones fixos, mas também dos telefones móveis. Esse projeto é de grande importância para a sociedade, porque não podemos aceitar nem admitir que as empresas de telefonia cobrem um serviço que não é prestado, razão por que consideramos a cobrança da chamada tarifa-assinatura um verdadeiro abuso. Portanto, esse projeto de lei ainda tramita aqui nessa Casa Legislativa.

Apresentamos também a esta Casa o Projeto de Lei nº 15.664 de 2006, que é interessante, porque a essência dele é criar-se um plano de recuperação para o consumidor superendividado, e, sem dúvida nenhuma, nas comissões teremos uma discussão muito rica.

O estímulo ao consumo chegou ao nível do exagero, e hoje há consumidores superendividados e necessitados de um plano de recuperação para voltar a ter uma vida normal.

Depois retornarei a comentar outros projetos, pois o tempo já está esgotado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou de o Democratas para falar, ou indicar o orador, pelo tempo de até nove minutos. (Pausa.) Não havendo orador, com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou do PT para falar, ou indicar o orador, pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, falarei eu próprio.

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Com a palavra o parlamentar que menos fala na Casa, o deputado Álvaro Gomes.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- É para dar continuação aos comentários que fazia sobre projetos que apresentei em defesa do consumidor.

Então o último projeto que estava comentando era o Projeto de Lei 15.664/2006, que cria um plano de recuperação para o consumidor superendividado.

Por que esse projeto? Ele tem uma importância muito grande para toda a sociedade, porque, hoje, vivemos numa sociedade que estimula, de forma exagerada, o consumo. Nela, os meios de comunicação terminam, na prática, obrigando as pessoas a consumirem aquilo que não podem pagar e, muitas vezes, forçando o consumo exagerado.

O plano de recuperação tem como objetivo orientar as pessoas a fim de que se recuperem financeiramente e venham a saldar as suas dívidas. Ele vem no sentido da prevenção, da orientação para que os consumidores não venham a se endividar e ficar numa situação de muita dificuldade e será debatido, naturalmente, na Comissão de Defesa do Consumidor e na Comissão de Constituição e Justiça.

O projeto é absolutamente constitucional, porque tem como base o Código de Defesa do Consumidor. A Assembleia Legislativa e o Estado têm competência, concorrente com o governo federal, para legislar, em consonância com a legislação federal, sobre tal assunto.

Portanto, tenho certeza que esse projeto é inédito. Não tenho conhecimento de que, em outras Assembleias Legislativas do Brasil, projeto semelhante tenha sido apresentado. Geralmente, os projetos são apresentados com base em outros projetos de outros Estados, e isso é positivo, mas esse projeto, especificamente, foi fruto de um debate e de uma iniciativa particular nossa, do nosso Gabinete. Portanto, repito, é um projeto inédito, construído no nosso próprio Gabinete, sem tomar como base nenhuma outra proposição de outro Estado. Por isso, ele terá uma discussão bastante rica seja na Comissão de Constituição e Justiça, seja na Comissão de Defesa do Consumidor.

Nós também temos o projeto nº 15.915/2007, que obriga a emissão da declaração de quitação de débitos pelas concessionárias de serviços públicos. Portanto, as empresas são obrigadas a emitir a declaração de quitação dos débitos dos consumidores.

Esse projeto garante ao consumidor o direito de, ao saldar antecipadamente os seus débitos, obter a redução de juros e outros encargos. Esse é um direito do consumidor.

O projeto de lei nº 15.307/2006 veda aos bancos a cobrança de tarifas pela prestação de serviços. Na realidade, os bancos cobram tarifas para tudo. Hoje, os bancos continuam sendo o segmento mais beneficiado da sociedade, que mais lucro possuem, cobram diversos serviços. Para se ter uma ideia, hoje, só com tarifas bancárias, os bancos já cobrem toda a despesa de pessoal. Esse projeto de lei visa eliminar e tornar gratuito vários serviços oferecidos pelos bancos.

Nós temos outro projeto que vem também na mesma linha, vedando aos bancos a cobrança dos serviços ofertados no autoatendimento e de internet. Por que isso? Nós já tivemos um número de bancários no Brasil de aproximadamente 800 mil bancários. Hoje, nós temos reduzido este número para aproximadamente 400 mil bancários.

E, se não existissem os bancos públicos, esse número seria mais reduzido ainda. Na realidade, os bancos públicos, ultimamente, têm mantido o número de funcionários e até aumentado. Não significa, no entanto, que os serviços bancários tenham diminuído. Muito pelo contrário, numa sociedade onde a economia está financeirizada, os serviços bancários aumentaram. O que houve foi uma desestruturação e aqueles que exercem os serviços de bancários não são reconhecidos como bancários. Nós temos aí a terceirização e a contratação excessiva de estagiários.

Várias financeiras não reconhecem os serviços bancários, nem os seus trabalhadores como bancários e, além disso, nós temos também o próprio cliente que faz os serviços bancários no autoatendimento e na própria internet e ainda pagam por isso. O mais grave ainda, os serviços de internet chegam à sua casa ou ao escritório, o cliente faz todo o serviço bancário e ainda tem que pagar. É um absurdo.

Esse projeto de lei tem como objetivo central isentar os clientes de pagarem essas tarifas.

O Projeto de Lei 17.542 proíbe a cobrança da taxa de emissão do carnê ou boleto bancário.

O Projeto 17.540/08 proíbe a venda casada do sistema de acesso à *internet* por provedor adicional na Bahia: “*As empresas de serviço de acesso à internet ficam proibidas de exigir, condicionar ou impor a contratação de provedor adicional.*”

O Projeto 17.527/08 determina às administradoras de cartão de crédito a obrigação de divulgar aos consumidores a razão social, o endereço completo de sua Sede ou Filial, o telefone de atendimento ao consumidor e o CNPJ.

Esses são alguns Projetos, dentre outros, que visam à Defesa do Consumidor, que apresentamos e estão em tramitação nessa Casa Legislativa.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. Presidente Fernando Torres:- Pela ordem, o deputado Álvaro Gomes.

O Sr. Álvaro Gomes:- Eu solicito de V.Ex^a uma verificação de *quorum* para a continuidade da presente sessão.

O Sr. Presidente Fernando Torres:- V.Ex^a será atendido. Eu gostaria de pedir à 1^a secretária, deputada Antônia Pedrosa, que faça a verificação de *quorum*.

A Sra. 1^a secretária Antônia Pedrosa: - Sr. Presidente, neste momento contamos com 14 Srs. Deputados.

O Sr. Paulo Azi:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente Fernando Torres: - Pela ordem, o deputado Paulo Azi.

O Sr. Paulo Azi:- Eu quero, antes de encerrar a sessão, Sr. Presidente, deixar registrado o assunto do qual aqui vou tratar na sessão plenária de amanhã. Quero também pedir a atenção do líder do governo presente no Plenário, deputado Álvaro Gomes, para que ele possa nos trazer esclarecimentos sobre este assunto na sessão de amanhã.

V.Ex^a, que foi presidente da Comissão de Segurança Pública, deputado Fernando Torres, tem acompanhado o clima de beligerância em que se encontra as duas polícias do nosso Estado, em função de ações desencadeadas pelo governo na última semana que culminaram com a prisão de alguns militares, por conta de denúncias de corrupção no âmbito do governo Jaques Wagner.

Pois bem, Sr. Presidente, algo estranho e muito nebuloso está ocorrendo neste momento.

Imagine V.Ex^a que desde sábado passado, no ápice desta questão e da crise que envolve este assunto, estranhamente, ou melhor, coincidentemente, deputado

Fernando Torres, todos os registros de pagamentos efetuados no âmbito da polícia militar (deputado Álvaro Gomes, eu peço a atenção de V.Ex^a, porque este é um assunto que considero da maior seriedade), todos os registros de pagamentos efetuados de janeiro a dezembro de 2008 simplesmente sumiram do *Transparência Bahia*. Se V.Ex^a entrar no site *Transparência Bahia* - o tão comemorado *site* de transparência desse governo – verá que, estranhamente, não existe nenhum pagamento efetuado pela polícia militar durante todo o ano de 2008. Então, eu quero solicitar a V.Ex^a, que, neste momento, representa o governo, que nos traga na sessão de amanhã a informação de se isso foi um erro ou não, uma pane que talvez tenha ocorrido no sistema. Que V.Ex^a nos explique o que, afinal, aconteceu.

V.Ex^a há de compreender que, diante de uma denúncia de corrupção no âmbito do governo, que é atualmente objeto de apuração, estamos tentando buscar informações. Pois foi apagada, literalmente, do site *Transparência Bahia*. Não existe um senão, nenhuma informação de pagamento, a quem quer que seja, efetuado pela Polícia Militar, durante o ano de 2008, registrado no referido *site*.

Portanto, quero pedir a V. Ex^a que nos informe se foi uma pane que ocorreu no sistema, se foi um erro de digitação, mas estranhamente qualquer um pode entrar no *site* Transparência Bahia, neste momento, e verificar, deputado Fernando Torres, que não existe nenhum pagamento registrado com relação à Polícia Militar de nosso Estado.

É o registro que gostaria de fazer. Espero que amanhã o deputado Álvaro nos traga as informações acerca desse assunto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Álvaro Gomes:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Pela ordem o deputado Álvaro Gomes.

O Sr. Álvaro Gomes:- O questionamento que V. Ex^a traz aqui é muito importante. Vamos verificar atentamente o que V. Ex^a colocou para que possamos, amanhã, debater esse assunto. Não sei exatamente o que aconteceu, não acessei o *site* Transparência Bahia neste momento, mas vamos verificar isso e debater esse assunto. Aliás, esse é um assunto de grande importância para todos nós. Temos, inclusive, em tramitação na Assembléia Legislativa, um projeto de lei que determina a criação da Controladoria Geral do Estado. Ele é de grande importância para prevenir a corrupção e tornar mais transparente as ações públicas.

Esse projeto de lei precisa ser votado o mais rápido possível para facilitar as investigações, combater e prevenir a corrupção, buscando beneficiar a população e construir

uma sociedade cada vez mais transparente, democrática, igual para que todos possam viver com dignidade.

Portanto, vamos analisar o questionamento do nobre deputado Paulo Azi e amanhã faremos esse debate na sessão plenária.

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Torres):- Gostaria de registrar a presença dos deputados Luciano Simões, Rogério Andrade, Elmar Nascimento, Misael Neto, Paulo

Azi, Clóvis Ferraz, Sandro Régis, Maria Luiza Laudano, Marizete Pereira, Ângela Sousa, Neusa Cadore e da minha amiga Antônia Pedrosa.

Declaro encerrada a presente sessão.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/sessoes.cfm>. Acesse ao caminho **Atividades Parlamentares - Sessões Plenárias** e leia-as na íntegra.*